

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gelson J. de Toledo Junior

A Nova Rota da Seda: uma análise da iniciativa chinesa e os possíveis reflexos nas economias latino-americana e brasileira

Florianópolis
2022

Gelson J. de Toledo Junior

A Nova Rota da Seda: uma análise da iniciativa chinesa e os possíveis reflexos nas economias latino-americana e brasileira

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra

Toledo, Gelson J.

A Nova Rota da Seda: uma análise da iniciativa chinesa e os possíveis reflexos nas economias latino-americana e brasileira / Gelson J. Toledo; orientador, Helton Ouriques, 2022.

78 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2022. Inclui referências.

1. Relações Internacionais. I., Helton Ouriques. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Gelson J. de Toledo Junior

A Nova Rota da Seda: uma análise da iniciativa chinesa e os possíveis reflexos nas economias latino-americana e brasileira

Florianópolis, 21 de julho de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Orientador
Instituição UFSC

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.
Avaliador
Instituição UFSC

Prof. Marcelo Arend, Dr.
Avaliador
Instituição UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa visa apresentar a iniciativa chinesa denominada *Belt and Road Initiative* ou a Nova Rota da Seda e alguns eventos históricos marcantes na trajetória do país que culminaram na criação desta que, hoje, é a maior estratégia de política externa do governo chinês. Com isto, busca-se analisar se a iniciativa poderia consolidar a China como a nova potência hegemônica no sistema internacional em um contexto de declínio do poder estadunidense, bem como identificar os seus possíveis reflexos nas economias latino-americana e brasileira. O método utilizado para executar tal tarefa foi a pesquisa bibliográfica. Ao final, foi possível concluir que, caso a China obtenha sucesso na conclusão das obras que compõem a *Belt and Road Initiative*, o país seria um forte candidato a ocupar a posição de potência hegemônica no Sistema Internacional e que a América Latina e o Brasil serão diretamente impactados por essa iniciativa. No entanto, ainda é cedo para dizer se este impacto será positivo ou negativo, visto que o resultado dependerá diretamente da capacidade dos governos nacionais de firmar uma parceria capaz de fomentar o desenvolvimento produtivo regional, inserindo as empresas latino-americanas e brasileiras nas cadeias globais de valor e diversificando o comércio bilateral, hoje bastante marcado pelo caráter interindustrial.

Palavras-chave: Belt and Road Initiative. Nova Rota da Seda. China.

ABSTRACT

The present research aims to present the chinese initiative called Belt and Road Initiative or the New Silk Road and some important historical events in the country's trajectory that culminated in the creation of what, today, is the greatest foreign policy strategy of the chinese government. With this, it's desired to analyze whether the initiative could consolidate China as the new hegemonic power in the international system in a context of a decline in the US power, as well as identify its possible effects on the latin american and brazilian economy. The method used to perform this task was literature research. In the end, it was possible to conclude that if China is able to complete the works of the Belt and Road Initiative, it would be a strong choice to occupy the position of hegemonic power in the International System and Latin America and Brazil would be directly impacted in the process. However, it is still too early to say whether this is going to be a positive or negative impact, as the result will depend directly on the capacity of the national governments to develop a partnership capable of promoting regional development, inserting latin american and brazilian companies into the global value chains, and diversifying the global bilateral trade, currently marked by an inter-industrial character.

Keywords: Belt and Road Initiative. New Silk Road. China.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A organização geopolítica do mundo, segundo Mackinder	16
Figura 2 – A rota da seda	19
Figura 3 – PIB (em milhões de <i>yuan</i> de 1987)	29
Figura 4 – Produto Interno Bruto Real das ZEEs (em bilhões de <i>yuan</i>)	33
Figura 5 – Corrente de comércio chinesa após a entrada da China na OMC.....	35
Figura 6 – Exportação da China por tipo de tecnologia (em bilhões de dólares)	36
Figura 7 – Mapa da Nova Rota da Seda em suas dimensões terrestre e marítima	41
Figura 8 – Mapa da Nova Rota da Seda em suas dimensões terrestre e marítima	42
Figura 9 – Mapa dos Países Membros da BRI (2019)	43
Figura 10 – Participação da China nas exportações totais, 2000 e 2014	52
Figura 11 – Câmbios en la estructura exportadora 2000-2014	53
Figura 12 – Importaciones Chinas en el total del consumo aparente de manufacturas.....	54
Figura 13 – Investimentos em Infraestrutura como porcentagem do PIB	57
Figura 14 – América Latina (países seleccionados), Ásia e Pacífico: comércio inter-regional em contêineres, 2007.....	58
Figura 15 – A ferrovia bioceânica entre Brasil, Bolívia e Peru	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	9
1. 2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Justificativa.....	10
1.4 METODOLOGIA.....	11
1.5 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2 CAPÍTULO 1 - BREVE RETROSPECTIVA DA HISTÓRIA CHINESA	18
2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO CHINÊS E SUA VISÃO DE MUNDO	18
2.2 A ROTA DA SEDA TRADICIONAL	19
2.2.1. O Declínio da Rota.....	20
2.3 O SÉCULO DAS HUMILHAÇÕES	21
2.4 A REVOLUÇÃO COMUNISTA	23
2.5 REFORMA E ABERTURA	26
2.5.1 A Era Mao Tsetung	26
2.5.2 A Era Deng Xiaoping	29
<i>2.5.2.1 A Criação das Zonas Econômicas Especiais.....</i>	<i>32</i>
2.5.3 Anos 2000.....	35
3 CAPÍTULO 2 - A NOVA ROTA DA SEDA	41
4 CAPÍTULO 3 - A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL NESSA INICIATIVA	52
5 CONCLUSÃO	72
6 REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O continente asiático tem, cada vez mais, se consolidado como um grande polo econômico, sendo responsável por uma porcentagem considerável da circulação de mercadorias e recursos, no mundo atual.

Em meio a este continente caracterizado pela ebulição econômica, a China esteve, por décadas, em posição de destaque por conta de seu rápido crescimento econômico, que foi impulsionado, fortemente, pela ação incisiva e estratégica do governo do país nos assuntos econômicos. A extraordinária capacidade chinesa para se desenvolver economicamente fez com que o país fosse fortalecendo, cada vez mais, suas capacidades estatais e, como consequência, ampliando seu poder de atuação no âmbito internacional (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Apesar do PIB chinês ainda ser um dos que mais cresce no mundo, o país se preocupa em de que forma manter (e ampliar) estes índices, que, por muito tempo, se mantiveram na casa dos dois dígitos (SCHERER, 2015). Neste cenário, a intensificação do processo de inserção internacional do país pode ser uma importante ferramenta de fomento do desenvolvimento econômico, além de fortalecer a rede de influência política do país. Pensando nisso, o presidente Xi Jinping anunciou, em 2013, um novo projeto geoeconômico, que ficou popularmente conhecido como “A Nova Rota da Seda” ou, oficialmente, “*Belt and Road Initiative*” (BRI).

De acordo com Chin e He (2016 apud KOTZ, 2018, p. 24), “a BRI consiste em um vasto plano de integração econômica e de infraestrutura que engloba em torno de 65 países, compreendendo aproximadamente 62% da população global e 30% do PIB mundial”.

Apesar de ter sido anunciada como um só grande projeto, a iniciativa chinesa divide-se em uma série de projetos voltados para a ampliação da infraestrutura logística que conecta a China com o resto do mundo, garantindo, assim, o fornecimento de recursos, o escoamento da sua produção e a expansão do seu poder político.

Dito isto, a presente pesquisa busca apresentar a iniciativa chinesa, analisando-a sob a ótica dos autores e escolas de pensamento escolhidas, e apontar alguns possíveis reflexos da mesma nas economias latino-americana e brasileira.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar os possíveis impactos da iniciativa chinesa popularmente conhecida como A Nova Rota da Seda nas economias latino-americana e brasileira.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Introduzir alguns conceitos de geopolítica para analisar se a China poderia ser uma candidata ao posto de nova potência hegemônica do sistema internacional, em um contexto de declínio do poder dos Estados Unidos;
- b) Retomar, de forma breve, o histórico recente de projeção internacional e crescimento econômico da China, utilizando como base três grandes momentos da história do país:
 - a) as reformas econômicas feitas pelo ex-presidente Deng Xiaoping, em 1978;
 - b) a estratégia denominada “*Going Global*”, de 2000 e, por fim,
 - c) a *Belt and Road Initiative*, apresentando as rotas que a compõem, a sua importância para a manutenção do ritmo de crescimento da economia chinesa, no longo prazo, e para a retomada do poder hegemônico por parte deste país;
- c) Apresentar os possíveis impactos da estratégia chinesa para a América Latina e o Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica pelo fato de a China ser, hoje, o maior parceiro comercial do Brasil. Além disso, ambos os países integram os BRICS, grupo de alguns dos mais proeminentes países em desenvolvimento, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Sendo assim, é de suma importância que o Brasil acompanhe de perto as implicações geradas pela iniciativa chinesa, pois será diretamente influenciado pelos frutos que aquele país virá a colher, no futuro.

Dado o caráter recente da BRI, ainda não foi produzido muito conhecimento na área, em âmbito nacional. Sendo assim, a presente pesquisa visa contribuir para o debate e reflexão acerca deste tema que pode mudar, completamente, a lógica de poder e os fluxos de investimento, no Sistema Internacional.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma monografia, o que, para Lakatos e Marconi (2003, p. 235), consiste em:

[...] um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina.

Dito isto, a presente monografia se propõe a analisar a “*Belt and Road Initiative*” (BRI), no intuito de entender sua razão de ser, levando em conta a história recente de desenvolvimento da China, sua atual conjuntura econômica e política, além das possíveis aspirações do país com a iniciativa. Além disso, serão analisados os possíveis reflexos da mesma, para o Brasil.

Dito isto, será feita a pesquisa, que, para Lakatos e Marconi (2003, p. 155), é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

O método de pesquisa escolhido foi a pesquisa bibliográfica, que, para Lakatos e Marconi (2003, p. 183):

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

O intuito da utilização do método supracitado é cruzar as ideias de autores ocidentais e orientais acerca do tema, no intuito de identificar o viés político, econômico e geoestratégico da iniciativa chinesa, que pode alterar não somente os rumos da nação, como de todo o sistema internacional e sua atual distribuição de poderes, afetando, conseqüentemente, o Brasil.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO

Em meados dos anos 1970, Immanuel Wallerstein inaugurou uma nova abordagem acerca dos estudos sobre a história do capitalismo. De acordo com Arienti e Filomeno (2007), o objetivo declarado de Wallerstein, ao publicar seus estudos, era propor a análise da mudança social como um todo, rompendo com a dicotomia vigente à sua época, que insistia em considerar o externo e o interno, o centro e a periferia, como sendo elementos autônomos. O autor, por sua vez, acreditava que cada elemento, dentro do sistema, era interdependente.

Arienti e Filomeno (2007, p. 103) apontam que:

Os sistemas sociais são sistemas históricos complexos. São complexos por consistirem em múltiplas estruturas: cada um deles representa uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, que, de um lado, têm dinâmica própria e potencial de diferenciação e, de outro, relações entre processos e estruturas que os mantêm unidos.

Partindo desse pressuposto, Wallerstein (1979) propõe que, no capitalismo, é a divisão do trabalho que permite unidade aos processos e estruturas supracitados, pois, nele, essa divisão ultrapassa as fronteiras políticas e se expande, a nível global.

No que diz respeito aos sistemas sociais, Wallerstein (1991) classifica-os em dois tipos distintos. O primeiro deles é o minissistema, que, segundo o próprio autor, encontra-se, hoje, extinto. O segundo é o sistema-mundo, conceito para o qual daremos mais enfoque, visto que, segundo Wallerstein, é o sistema vigente, na atualidade.

Arienti e Filomeno (2007, p. 103) definem o sistema-mundo como:

uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas.

Dito isto, torna-se visível a crítica de Wallerstein (1979) ao foco de análise no Estado nacional, visto que o mesmo, segundo o autor, trata-se de uma pequena parte do todo (sistema-mundo). Para o autor, a análise deveria abranger toda a divisão do trabalho vigente, que é fortemente influenciada pelos fluxos do comércio internacional.

Para Arienti e Filomeno (2007, p. 104):

O comércio comandado pelo interesse do capital não deve ser visto como comércio internacional unindo economias nacionais autônomas, que soberanamente decidem ter mais ou menos comércio com outras economias nacionais, mas, sim, como comércio mundial que organiza uma divisão mundial do trabalho de acordo com os interesses capitalistas de lucro monopolista e acumulação incessante de capital e que, com essa força unificadora, reúne regiões com política e cultura diferenciadas. Logo, a unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema-mundo.

Para aprofundar seu estudo, Wallerstein (1991), ainda, divide os sistemas-mundo em dois subtipos. O primeiro é o império-mundo, onde dois ou mais grupos culturalmente distintos vivem sob a tutela de um governo único, soberano dentro de seus limites geopolíticos. O segundo é a economia-mundo, que, segundo Arienti e Filomeno (2007, p. 105):

[...] é constituída por uma divisão de trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas são interdependentes economicamente. Assim, há uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo, e não há uma unidade política central.

Dito isto, Arienti e Filomeno (2007, p. 106) concluem que o sistema-mundo vigente, na atualidade, trata-se de “uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados nacionais, que, juntos, formam o sistema interestatal”, e complementam, dizendo que “o sistema interestatal indica que não há nenhum Estado nacional com poder para fazer uma centralização política e estabelecer um império-mundo”. Durante a formação desta economia-mundo, dizem eles, houve o acirramento da rivalidade entre os Estados, que passaram a disputar por melhores condições para aumento de suas rendas nacionais.

Fiori (2010, p. 3) argumenta que o atual sistema político-econômico mundial trata-se do resultado das ações de “máquinas de acumulação de poder e de riqueza – os estados-economias nacionais”, forma de governo criados pelos europeus, com o Tratado de Westphalia, e que acabou se disseminando pelo mundo todo, ao longo dos séculos.

Nesse contexto, torna-se crucial o entendimento acerca do conceito de hegemonia. Para Wallerstein (1984), a hegemonia, no sistema interestatal, ocorre quando a situação de rivalidade entre as ditas “potências” do sistema é tão desequilibrada que uma delas se sobressai, podendo ditar as regras nos âmbitos econômico, político, militar, diplomático e até cultural.

Tanto Wallerstein (1979) quanto Arrighi (1996) puderam, através de seus estudos, identificar que as hegemonias possuem uma dimensão temporal restrita. De acordo com estes autores, o surgimento de uma hegemonia normalmente ocorre após o término de uma guerra mundial, enquanto seu declínio está associado à intensificação da luta de classes em seu território nacional, à difusão de suas vantagens técnicas e ao surgimento de potenciais rivais que ameaçam a posição da potência hegemônica enquanto tal.

Fiori (2010) comenta que a existência de uma hegemonia não é capaz de interromper o expansionismo dos demais atores do sistema internacional, nem mesmo o da própria potência hegemônica, que, segundo ele, “é sempre autodestrutiva, porque o próprio hegemôn acaba desrespeitando as regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir acumulando seu próprio poder”. Para o autor, é impossível que uma potência seja capaz de estabilizar o Sistema Internacional, por completo.

Sendo assim, foi identificado que há um processo cíclico de transição de hegemonias. Neste ciclo, já houve inúmeras fases. De acordo com Arrighi (1996), cada uma destas fases

possui um determinado bloco de agentes governamentais e empresariais que exercem o papel de hegemonia no sistema-mundo. Esse bloco, para Arienti e Filomeno (2007, p. 118), “exercia sua hegemonia através de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de estruturas, mediante as quais promoviam, organizavam e regulavam a expansão da economia-mundo capitalista”.

Arrighi, então, buscou, através de seus estudos, compreender os processos de mudanças sistêmicas. Para isso, o autor criou o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, que, segundo Arienti e Filomeno (2007, p. 119) são “ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas”.

Arienti e Filomeno (2007) apontam que em cada estágio do capitalismo histórico, o Estado que ocupa a posição de hegemonia lidera o sistema interestatal, enquanto seus agentes capitalistas (grandes conglomerados de empresas) lideram o mercado de bens e serviços. Juntos, esses agentes estatais e empresariais:

[...] possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 119).

Arienti e Filomeno (2007) apontam que cada ciclo sistêmico se divide em duas fases. A primeira é a fase da expansão material, onde os capitalistas utilizam seu capital na produção de bens, no intuito de, ao vendê-los, obter uma quantidade maior de capital do que o que havia sido investido, inicialmente. Nessa fase:

[...] a introdução de inovações no processo de acumulação e no sistema interestatal pelos novos agentes hegemônicos faz com que as atividades produtivas e comerciais proporcionem, em relação às demais atividades econômicas, maior lucratividade, ou seja, apresentem maior potencial enquanto meios para a valorização do capital. O investimento produtivo é o meio capaz de garantir aos capitalistas a reprodução de seu capital a taxas de lucro extraordinárias. A acumulação de capital dá-se predominantemente sob a forma produtiva (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120).

Wallerstein (1984) explica que, durante esta fase, a tecnologia é disseminada pelo globo, através da imitação entre empresas rivais, que buscam, sempre, alcançar os níveis de desenvolvimento do bloco hegemônico. Com isso, este bloco vai perdendo, gradativamente, o monopólio das tecnologias que garantiam sua posição privilegiada no sistema produtivo, a nível mundial. Além disso, o desenvolvimento econômico aumenta a renda dos trabalhadores do país

hegemônico, o que gera uma superacumulação de capital, que é muito superior ao que pode ser reinvestida, com lucro, no comércio e na produção de bens.

De acordo com (Arienti e Filomeno, 2007, p. 120):

As organizações e os indivíduos capitalistas reagem a essa situação, retendo, em forma líquida (monetária), uma proporção crescente de seus rendimentos, aumentando a disponibilidade de capital circulante em nível mundial. Cria-se uma massa de liquidez excessivamente abundante.

Esse momento é denominado por Arrighi (1996 apud ARIENTI; FILOMENO, 2007) como crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação, que é quando:

os agentes capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulação e as operações de crédito, especialmente com os Estados que disputam o capital circulante, podem proporcionar maior capacidade de reprodução a seu estoque de capital, eles passam a desviar, em volumes crescentes, seus excedentes para os mercados financeiros (ARRIGUI, 1996 apud ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120).

Inicia-se, a partir daí, o que Arienti e Filomeno (2007) identificam como a segunda (e última) fase do ciclo sistêmico de acumulação, a chamada expansão financeira. Para eles:

A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas. Um volume crescente de capital, na sua forma líquida e mais flexível, vai procurar sua valorização na esfera financeira. É um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação da crise financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, com transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. Essa é a crise terminal de um dado ciclo sistêmico de acumulação (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 121).

Através do conceito de ciclo sistêmico de acumulação, Arrighi (1996) propõe que o capitalismo histórico se dividiu em ciclos, caracterizados pela potência hegemônica vigente, sendo eles: o genovês (1450-1630), o holandês (1630-1780), o britânico (1780-1930) e o estadunidense (1930-1970). A partir da década de 1970, Arrighi (1996) identificou a crise sinalizadora do ciclo estadunidense, de modo que, a partir daí, o capitalismo mundial estaria entrando na fase de expansão financeira e declínio do ciclo sistêmico.

Pires e Paulino (2017) têm uma visão bastante parecida a respeito da característica cíclica da história das potências hegemônicas, quando comentam que:

A ascensão e queda das grandes potências é um fato recorrente na história do Ocidente. Roma, Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra, França, Áustria-Hungria, Alemanha, Japão, Rússia formaram grande impérios, e nenhum deles sobreviveu ao peso de suas próprias contradições e, sobretudo, à competição de novos desafiantes. O ciclo de hegemonia, competição, guerra, e nova hegemonia tem sido um padrão

mais ou menos recorrente na história ocidental, desde que o Tratado de Vestefália, em 1648, criou o atual sistema de estados-nação independentes (PIRES E PAULINO, 2017, p. 212).

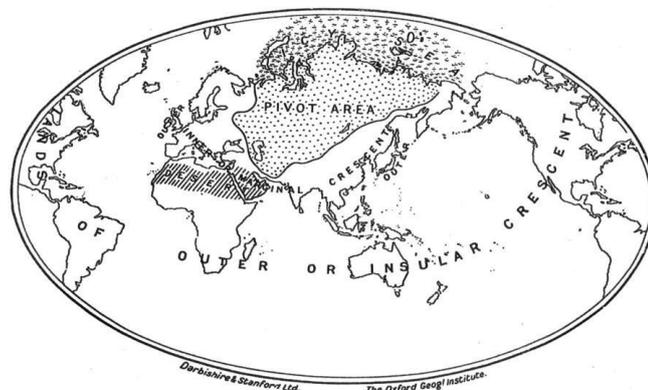
Arrighi, ao publicar *O Longo Século XX*, sugere que ao final daquele século veríamos uma grande rivalidade de poder, expansão financeira centrada no declínio da hegemonia estadunidense e o surgimento de um possível novo centro de poder no leste asiático, apesar de não ter atribuído à China, especificamente, este papel (ZHANG, 2017).

Outro elemento importante para a análise da Belt and Road Initiative e seu papel no posicionamento da China, internacionalmente, consiste na região na qual a China planeja executar a maioria de seus projetos logísticos, sendo esta o seu entorno, mais especificamente, a região central da Eurásia, que “destaca-se pela riqueza e abundância de recursos naturais e energéticos” além de ter como característica sua “importância logística e estratégica” (KOTZ, 2017, p. 4).

Mackinder (2004, apud KOTZ, 2017), nomeia de *Heartland* a região central da Eurásia, argumentando que a potência que conseguisse exercer influência sobre esta porção de terra seria capaz de projetar seu poder, globalmente. Isso é dito pois:

O exercício de poder terrestre sobre a Eurásia tem um potencial de produzir um repositório de recursos e bens que, se associado a um poder marítimo, acarretará possibilidades de alteração da balança de poder do sistema internacional. [...] De acordo com esta visão, a potência que conseguisse dominar a Heartland, teria capacidade de dominar a World-Island, que se define como a região que engloba a Europa, a Ásia e a África, obtendo conseqüentemente uma supremacia de recursos que poderiam ser convertidos em poder efetivo (MACKINDER, 2004 apud KOTZ, 2017, p. 5).

Figura 1: A organização geopolítica do mundo, segundo Mackinder



Fonte: Mackinder (2004, apud KOTZ, 2017, p. 435).

A posse de recursos naturais e energéticos é um importante fator de poder e de influência no sistema internacional (KLARE, 2013). Dito isso, Blackwill e Harris (2016 apud KOTZ, 2017) apontam que a crescente presença internacional chinesa:

É um pensamento estratégico de longo prazo, executado através das medidas geoeconômicas, tais como investimentos, ações diplomáticas, lançamento de iniciativas e criação de instituições multilaterais, estabelecimento de joint ventures, fluxos financeiros de ajuda para o desenvolvimento, acordos comerciais, entre outros instrumentos. Estas ferramentas são necessárias para a obtenção do objetivo de assegurar o maior aporte possível de recursos naturais e energéticos que permitam a continuidade do crescimento da economia chinesa (KOTZ, 2017, p. 8).

Com base nestas análises, a China parece preencher uma série de requisitos apontados pelos estudiosos que nos levam a crer que o país é um excelente candidato ao posto de nova potência hegemônica, com seu *boom* de crescimento, a partir da década de 1970, e sua posição estratégica na Eurásia. A presente monografia se propõe a analisar se a *Belt and Road Initiative* seria um mecanismo da China para se consolidar nesta posição e os reflexos disso para as economias da América Latina e do Brasil.

2. CAPÍTULO 1 - BREVE RETROSPECTIVA DA HISTÓRIA CHINESA

Antes de adentrar na estratégia da Nova Rota da Seda, é preciso entender o processo de formação do Estado chinês como o conhecemos hoje. Com este intuito, o presente capítulo busca revisitar alguns pontos importantes, tanto da história, como da visão política chinesas, afim de garantir uma boa contextualização acerca do tema e fornecer o embasamento necessário para o entendimento das análises vindouras.

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO CHINÊS E SUA VISÃO DE MUNDO

A concepção do Estado chinês se deu muito antes e de forma muito diferente dos Estados europeus, cuja formação foi consolidada através dos inúmeros tratados que constituíram a Paz de Westfalia. Além de ser uma civilização mais antiga, o isolamento das planícies férteis ao leste do país e sua relativa autossuficiência contribuíram para que os estadistas chineses desenvolvessem uma visão bastante sinocêntrica do Sistema Internacional, de modo que o país era considerado o “Império do Meio” (ou *Zhongguo*) e seu imperador era visto como “filho do céu” (BARBOSA et al., 2016).

Esta visão, que predominou dentro do pensamento chinês acerca das relações internacionais por centenas de anos, colocava a China numa posição de superioridade em relação a todos os seus vizinhos, chamados, pelos chineses, de “bárbaros” (SOUSA, 2016, p. 50).

A base para o sinocentrismo foi, em grande parte, o confucionismo, cujo pensamento girava em torno da ideia de harmonia, sendo a harmonia social vista como um fator de grande importância. Nesse sentido, o Estado era visto como o agente responsável por estabelecer e garantir a harmonia coletiva, além de afastar qualquer influência corruptora da sociedade chinesa (YAQING, 2010). Essa visão vai de encontro, também, ao familismo, ou seja, a ideia de que o Estado é uma extensão da família, atuando como agente prático da moral. Sendo assim, o Estado, no pensamento político chinês, tem o dever de intervir na sociedade com o intuito de garantir o desenvolvimento econômico e social, e, para ser capaz disto, o Estado precisa ser “forte, eficiente e amigo do cidadão” (COSTA LIMA; SILVA, 2016, p. 6-7). Este pensamento se estendia, também, a nível internacional, de modo que “as relações externas da China nada mais eram do que uma extensão da própria ordem doméstica” (SOUSA, 2016 apud BARBOSA et al., 2016, p. 38).

O relacionamento da China com os demais Estados do seu entorno não tinha caráter igualitário, mas sim, hierárquico, convergindo com a visão de superioridade chinesa sobre si mesma. Neste contexto, Barbosa et al. (2016, p. 38) destacam que:

[...] Estados que quisessem manter relações com a China deveriam reconhecer a superioridade chinesa através do pagamento de tributos. Assim, para os chineses, o tributo desempenhava um grande papel moral, já que representava a legitimidade da ordem sinocêntrica.

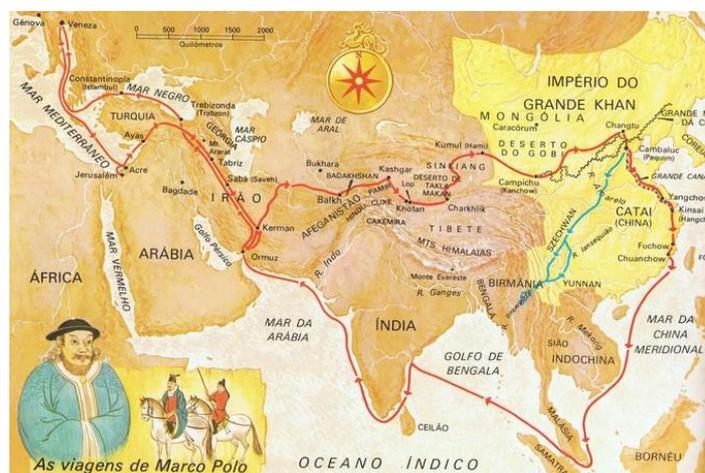
Zhimin (2005, p. 37) explica que, neste sistema hierárquico, “reinos e tribos ‘bárbaras’ vizinhas mostravam submissão política aos imperadores chineses, e em retorno recebiam recompensas materiais”. Além disso, este sistema era uma ferramenta importante na manutenção da paz nas relações da China com seus vizinhos (FAIRBANK, 1969).

2.2 A ROTA DA SEDA TRADICIONAL

A Rota da Seda foi uma das mais importantes vias comerciais da história do comércio mundial. Seu surgimento se deu através de um processo orgânico impulsionado pela demanda de seda e outras mercadorias que eram produzidas no oriente e muito apreciadas pelas elites europeias (LIU, 2010).

Apesar do que o nome sugere, a rota da seda não foi uma via única. Somente em sua configuração terrestre era composta por um enorme emaranhado de caminhos, estradas e trilhas que ligavam o extremo oriente à Ásia Central, Índia, Oriente Médio e, principalmente, à Europa (PEREIRA; PEREIRA, 2018).

Figura 2: A rota da seda



Fonte: Palandi (2015)

De acordo com Vázquez (2013, p. 131), através da Rota da Seda:

[...] circularam todo tipo de mercadorias: especiarias, tecidos (linho, lã e, naturalmente, seda), ouro, pedras preciosas, corantes, vidro, marfim, sal, perfumes, tintas, porcelana, ferro, medicamentos, ópio, madeira... Também circularam ideias, religiões, filosofias, escravos, imigrantes, refugiados, informações, genes, enfermidades, animais domésticos e sementes de cereais. Geralmente, estas mercadorias abriam caminho através da Ásia Central e Oriente Médio, até chegar às saídas mediterrâneas da "Banana Azul" europeia — isto é, as repúblicas marítimas italianas: Gênova e Veneza, onde floresceram os primeiros centros financeiros do mundo.

Percebe-se, então, que a Rota da Seda foi “a infraestrutura mercantil e cultural de uma protoglobalização” (FINDLAY; O’ROURKE, 2007, apud MENDONÇA, 2016, p. 124), tendo em vista que articulou atores até então isolados no Sistema Internacional, tornando-os “componentes interativos de um sistema unificado” (FINDLAY; O’ROURKE, 2007, apud MENDONÇA, 2016, p. 124).

Outro ponto relevante a ser tratado é que, através da rota, muitas invenções que transformaram o mundo foram disseminadas, tais como a pólvora, o papel e a bússola magnética, o que proporcionou progresso tecnológico ao longo de toda a sua trajetória (PEREIRA; PEREIRA, 2018).

2.2.1. O Declínio da Rota

No século XIII, Genghis Khan ocupa a China e ordena que seus exércitos espalhem o terror ao longo da Rota da Seda, desestabilizando o trajeto e o comércio nele circulante. Quando seu neto, Kublai Khan, assume o poder do império, ordena que novas rotas comerciais sejam abertas e incorporadas às rotas tradicionais, no intuito de garantir o suprimento das tecnologias e mercadorias dos demais países da rota ao império mongol (PEREIRA; PEREIRA, 2018).

Após a morte de Kublai Khan, no entanto, seus sucessores não foram capazes de manter o domínio mongol no território chinês, de modo que a China recupera seus territórios e, em 1368, entrona uma nova dinastia: a Dinastia Ming (PEREIRA; PEREIRA, 2018).

De acordo com Pereira e Pereira (2018, p. 53):

O primeiro imperador Ming fechou a China e cortou todas as possíveis relações com o Ocidente. O comércio na Rota da Seda, principalmente a Rota Norte, praticamente desapareceu. A dinastia Ming firmou uma ideologia, que se consubstanciaria na chamada corrente fundamentalista, a qual exigia para a China uma postura autárquica, portanto isolacionista, que tinha como fundo a ideia milenar de que o país era o centro do mundo, o “Império do Meio”, que nada tinha a aprender com os estrangeiros. Em relação ao comércio, bastava a força do vasto e florescente mercado interno. Começou aí a decadência da Rota da Seda.

Outros dois acontecimentos seriam cruciais para o completo abandono da rota pelos mercadores. O primeiro teria sido a queda de Constantinopla nas mãos dos turcos otomanos, em 1453, e o controle que eles passaram a exercer sobre o mediterrâneo. Já o segundo teria sido a descoberta, em 1498, da rota marítima para a Índia, por Vasco da Gama, contornando o Cabo da Boa Esperança (PEREIRA; PEREIRA, 2018).

De acordo com Duarte (2016, p. 100), “os desenvolvimentos associados ao transporte marítimo fariam com que os custos do transporte por mar fossem mais baixos que por terra. Por conseguinte, a Rota da Seda deixaria de funcionar enquanto rota comercial por volta do ano 1400”.

2.3 O SÉCULO DAS HUMILHAÇÕES

A supracitada ordem que estabelecia a superioridade da China perante os demais Estados, vistos por eles como “bárbaros”, começou a se deteriorar a partir da expansão marítima europeia e a chegada dos ingleses no extremo oriente (BARBOSA et al., 2016).

A chegada dos europeus trouxe consigo a ideia defendida por eles de “igualdade entre os países”, gerando, assim, um choque cultural entre as duas nações (BARBOSA et al., 2016, p. 52-53), visto que:

[...] a China não poderia reconhecer qualquer outro país como sendo equivalente a si, pois fazia parte de sua concepção de mundo à presunção de superioridade. Para os ingleses, dado a sua condição de potência, tratar a China como igual já era considerado muito (SOUSA, 2016, p. 52-53).

Os europeus, obviamente, não aceitaram o tratamento chinês e reivindicaram o comércio livre. O imperador chinês, no entanto, reiterava que os produtos europeus não eram do interesse do povo chinês (COGGIOLA, 1989).

A partir de 1840, as coisas mudaram. A Revolução Industrial na Europa tinha multiplicado várias vezes a capacidade de produção e artigos manufaturados: era urgente abrir mercados para escoar essa produção. A China, com 400 milhões de habitantes, representava a maior tentação (COGGIOLA, 1989, p. 2-3).

Diante das inúmeras negativas do imperador quanto à abertura comercial para os produtos europeus, a Inglaterra precisava encontrar um pretexto para que o grande mercado fosse aberto a seus produtos. Eis, então, que eles começaram o fomento ao contrabando de ópio para a China, criando, assim, um “mercado de consumo” para um produto que eles prontamente

reclamaram o direito de fornecer ao país (apesar do governo chinês ter proibido o consumo do mesmo) (COGGIOLA, 1989).

As distintas visões de mundo dos dois países e a negativa do imperador para a abertura do país ao negócio do ópio causaram um acúmulo de tensões entre as partes, o que veio a culminar na Guerra do Ópio, uma série de conflitos anglo-chineses que ocorreram entre 1839-1842 e 1856-1860 (BARBOSA et al., 2016).

A Inglaterra, então, era uma grande potência naval e militar, tendo um poder bélico infinitamente superior ao da China. Essa vantagem ficou muito visível no decorrer dos conflitos, com a China sendo brutalmente “humilhada” na guerra e tendo que se submeter a uma série de tratados desiguais que favoreciam somente ao vencedor como, por exemplo, o Tratado de Nanquim (BARBOSA et al., 2016).

Foi justamente a humilhação perante aos ingleses na guerra do ópio que deu nome ao século do qual trata este subcapítulo, pois a imposição desses tratados à China desestabilizou a ordem política internacional em que o país se posicionava como o centro do mundo (BARBOSA et al., 2016).

Como consequência disso, foi decretado o fim do supracitado sistema tributário com as nações do entorno chinês, cresceu a insatisfação em relação a figura do imperador e se sucederam uma sequência de rebeliões, como as rebeliões de Taiping (1851-1864), de Nian (1853-1868), de Miao (1850-1872) e as Muçulmanas (1855-1874) (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). De acordo com Barbosa et al (2016, p. 39):

O deslocamento da China do centro do mundo para a periferia provocou grandes mudanças na percepção chinesa de mundo. Dessa maneira, as experiências históricas, com um passado de superioridade cultural e um presente de humilhações, permitiram a China tirar lições para as relações internacionais vindouras.

A China foi submetida a concessões territoriais, pagamento de indenizações, saques e formação de uma burguesia no país, associada à exploração estrangeira. Estes foram alguns dos principais resultados da forçada penetração europeia, no entanto, o “negócio da china” não absorveu os excedentes produtivos europeus, como os ingleses esperavam, pois os chineses recusaram o consumo desses bens oriundos dos seus invasores, de modo que o mercado aberto a duras penas foi, na verdade, pouco representativo (COGGIOLA, 1989).

2.4 A REVOLUÇÃO COMUNISTA

A penetração das potências estrangeiras, na China, ocasionou uma forte divisão de classes no país, caracterizada pela presença de grandes latifundiários (ligados aos interesses externos) e trabalhadores rurais, sem-terra (COGGIOLA, 1989).

De acordo com Pomar (2003, p. 32):

Os pobres constituíam a maioria, trabalhando nas terras dos latifundiários, a quem pagavam rendas elevadas (quarta, terça e meia parte da produção). Em geral prestavam, ainda, serviços em dias determinados nas terras dos proprietários, na maior parte das vezes sem receber nenhuma paga. E tinham que pagar tributos ao fisco imperial e aos chefetes locais.

A notável desigualdade e a incapacidade da dinastia Qing em conter a rapina estrangeira fez crescer a insatisfação do povo, de modo que a luta contra os opressores internacionais se unisse à luta pela democracia do país para a formação da Liga Revolucionária da China (ou Liga Jurada), que foi responsável pela deposição da dinastia Qing, em 1911 (COGGIOLA, 1989).

Neste momento, institui-se o Kuomintang (KMT), partido político que seria responsável pela administração do país, no entanto, a autoridade do novo partido era limitada a uma porção reduzida do território chinês, enquanto o restante da nação caiu nas mãos dos senhores da guerra, chefes militares e latifundiários que disputavam o poder entre si e impunham uma série de arbitrariedades ao povo (COGGIOLA, 1989).

A descentralização do poder dificultou a luta contra a rapina das potências estrangeiras, que continuavam tendo seus interesses garantidos graças ao vínculo com as classes dominantes locais. Ficou claro, portanto, que o sucesso da república dependia da resolução do problema da luta de classes e, para isso, se fazia necessário o enfrentamento dos senhores da guerra, os latifundiários, as potências estrangeiras e seus aliados em território nacional (COGGIOLA, 1989).

As potências estrangeiras discutiam abertamente como repartir a China, o que fez o povo chinês se rebelar através de protestos, greves e boicotes, no entanto, faltava à luta chinesa uma ideologia capaz de sustentar a revolução. Paralelamente a isto, a China acompanhava de perto os resultados da Revolução Russa, de modo que os chineses buscaram uma aproximação do marxismo-leninismo, fundando, assim, o Partido Comunista Chinês (PCC), encabeçado pelos líderes da classe operária (COGGIOLA, 1989).

As novas formas de manifestação do povo chinês trouxeram à cena política do país “uma série de novos atores sociais, como os estudantes, comerciantes, operários, mulheres, artesãos, sindicatos e associações civis” (POMAR, 2003, p. 38).

O KMT firma um acordo com a URSS para que os soviéticos treinassem e organizassem a classe operária chinesa, no entanto, foi entendido que a China ainda não estava pronta para a instituição do comunismo no país, devendo focar na garantia da unidade e independência nacionais (COGGIOLA, 1989).

Graças à supervisão dos oficiais russos na Academia Militar recém-formada dentro do partido, o mesmo vivenciou as primeiras vitórias e, em paralelo, formavam-se milícias operárias em todas as principais cidades. O problema é que a atuação do PCC ficava bastante limitada pela sua filiação ao KMT, pelo entendimento de que a China precisava passar por uma etapa histórica antes da tomada do poder pela classe operária e pela obrigação em respeitar a aliança com a burguesia nacional (COGGIOLA, 1989).

O cenário muda quando Chiang Kai-shek assume o comando do KMT. O novo líder do partido retira os comunistas do quadro de direção do partido e passa a persegui-los, promovendo o desarmamento, executando prisões, reprimindo e massacrando seus líderes, visto que o KMT defendia os interesses das classes dominantes e sua associação com o PCC foi apenas uma ferramenta para o atingimento de seu objetivo de libertação nacional (COGGIOLA, 1989).

Devido às perseguições, o PCC é obrigado a se retirar para o campo para se reorganizar. Paralelamente a isto, o país vivia o caos político, com as potências estrangeiras dominando uma parte do território chinês e diversos “governos independentes” sendo proclamados. O Japão, a esta altura, dominava uma parte considerável do território chinês (COGGIOLA, 1989).

De acordo com Pomar (2003), os comunistas viram a grave ameaça que o Japão representava à existência da China como nação, de modo que:

Pelos planos já conhecidos dos militaristas nipônicos e pela evolução da situação mundial, eles nutriam poucas dúvidas sobre as intenções colonialistas do Japão. Colocaram-se, então, como missão primordial resistir à agressão japonesa, sugerindo a suspensão da guerra civil e uma aliança para enfrentar o Japão (POMAR, 2003, p. 44).

Neste cenário, o PCC organiza suas primeiras bases militares própria e proclama a República Soviética da China, em 1931, controlando apenas seis distritos (COGGIOLA, 1989).

O KMT, então, opta por avançar contra as bases vermelhas, organizando expedições para aniquilar os comunistas, e ignora a ameaça dos japoneses, que já se organizavam para invadir a parte central e sul da China (POMAR, 2003).

O PCC define, internamente, suspender a Guerra Civil, aliando-se ao KMT para combater os japoneses e retomar o controle da nação. Neste momento, Mao assume a secretaria geral do PCC e a influência da URSS sobre a China passa a ser meramente simbólica, visto que os chineses proclamam o “Pensamento De Mao Tsetung”, delineando um tipo chinês de comunismo, diferente daquele praticado na URSS (COGGIOLA, 1989).

De acordo com Pomar (2003, p. 50):

Os comunistas tinham como estratégia evitar que o governo nacionalista aceitasse capitular, minasse a resistência contra o Japão e rompesse a frente única. Em razão disso, conclamaram todas as Forças Armadas chinesas, inclusive o Exército Vermelho, a apoiarem a declaração de Chiang Kai-chek, em julho de 1937, de "assumir a responsabilidade de resistir ao Japão e defender a pátria.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os esforços das potências vencedoras (nomeadamente, os Estados Unidos) se voltam para o combate ao comunismo, de modo que o KMT passou a receber armas daquele país para o combate ao PCC. Se propõe a devolução das terras ocupadas para a formação de um governo único, caso o PCC dissolvesse seus exércitos em prol da unidade nacional, no entanto, tanto o PCC quanto o KMT estavam interessados em seguir lutando (COGGIOLA, 1989).

Se sucedem diversas batalhas entre o recém formado Exército Popular da Libertação (EPL), fruto da união dos Exércitos Vermelhos, e o KMT, com o apoio dos Estados Unidos. Neste cenário, o PCC propõe uma reforma agrária de grande escala que obteve o apoio de grande parte da população, que passou a criar comitês camponeses e grupos de resistência visando defender e estender a reforma agrária e esmagar o KMT, que representava os latifundiários e os interesses externos (COGGIOLA, 1989).

De acordo com Pomar (2003, p. 59):

Os EUA haviam equipado 45 divisões, treinado 350 mil homens de todas as armas e serviços, e seus navios e aviões haviam transportado para as linhas de frente 41 divisões regulares e oito regimentos de comunicação, com mais de 540 mil homens. Além disso, noventa mil fuzileiros navais norte-americanos foram estacionados em Beijing, Xangai, Qingdao, Tientsin e Jinguangdao, para proteger as vias de comunicação. Ao todo, os EUA investiram US\$ 4,5 bilhões, uma soma proporcionalmente maior do que qualquer outra destinada às nações da Europa ocidental desde o final da guerra.

O PCC deixa de ser subordinado à Stalin e passa a ficar sob a “dependência das massas e de suas ações” (COGGIOLA, 1989, p. 15). Enquanto isso, nas regiões controladas pelo KMT, a qualidade de vida da população se deteriorava devido a inflação galopante e a notável corrupção do governo, o que gerou níveis crescentes de insatisfação (COGGIOLA, 1989).

Com isso, o EPL foi se transformando no verdadeiro exército chinês e a vitória do mesmo passaria a ser considerada a vitória da China e do povo contra seus opressores (potências estrangeiras e detentores nacionais dos meios de produção) (COGGIOLA, 1989).

O KMT foi se desestruturando, cada vez mais, e em 1948, o EPL passa para a ofensiva, tomando de volta as regiões norte e central da China. Em 1949, tomam Pequim e obrigam o que restou do KMT a se refugiar em Taiwan (COGGIOLA, 1989).

Assim, em 1º de outubro de 1949, foi proclamada a República Popular da China (RPC) e a revolução comunista chinesa se consolidou como a revolução social mais abrangente de toda a história moderna e contemporânea (POMAR, 2003). De acordo com Coggiola (1989, p. 17-18):

A burguesia não podia tolerar que o Estado (o primeiro que realmente unificava a China depois da queda da última dinastia) ficasse sob a direção de organismos representativos dos trabalhadores, o PCC e o EPL, e começou de imediato um processo de boicote. O sinal foi dado pela potência na qual a burguesia chinesa tentara se apoiar para reconstituir seu Estado depois da Segunda Guerra: os Estados Unidos. Os EUA estenderam logo um cordão de isolamento ao redor da "China Vermelha", negando-lhe reconhecimento diplomático (na ONU, o governo de Chiang, o KMT, foi reconhecido como o legítimo governo chinês, apesar de exercer sua autoridade só na ilha de Formosa) e intercâmbio econômico. Chegou-se a proibir que qualquer cidadão norte-americano pusesse os pés na RPC.

Fica claro, mais uma vez, o quanto a China sofreu com a ingerência externa por parte das potências ocidentais, que se viam no direito de intervir nos assuntos internos do país.

2.5 REFORMA E ABERTURA

2.5.1 A Era Mao Tsetung

Ao assumir o poder, Mao Tsetung se deparou com uma China economicamente estagnada e devastada pelas guerras. A sociedade chinesa, àquela altura, ainda se afundava na crença milenar de que a China era uma grande potência e que seu modelo econômico não poderia “estar errado”, ignorando os avanços tecnológicos obtidos pelos demais países. Para que a industrialização e a criação de uma sociedade igualitária fossem possíveis, o Partido Comunista teria que, primordialmente, quebrar com o imobilismo político e social no qual se encontrava a sociedade chinesa (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

De acordo com Pomar (2003, p. 63):

Em 1950, com cerca de quinhentos milhões de habitantes, a China estava destruída. Suas ferrovias e rodovias encontravam-se sem condições de uso. As indústrias, além de poucas e atrasadas, encontravam-se inoperantes. Grande parte da colheita de outono havia se perdido e os estoques tinham sido transportados pelas tropas do

Guomindang em fuga. Milhões de pessoas encontravam-se desempregadas. O novo governo tinha diante de si uma China à beira da anarquia, isolada e ameaçada militarmente.

Nessas condições, os esforços do novo governo voltaram-se para a recuperação da economia que havia sido destruída pela guerra, a redução dos índices de inflação e desemprego e a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento econômico (POMAR, 2003).

Tendo em vista os objetivos de industrialização e modernização da economia e que, naquele momento, mais de 70% do PIB chinês era advindo do setor primário, o primeiro passo seria garantir uma reforma agrária eficiente. Diz-se isso pois, de acordo com Milaré e Diegues (2012, p. 364):

[...] é necessário que o setor primário esteja preparado para suprir a indústria com matérias primas, bem como suprir os trabalhadores da cidade com alimentos. Adicionalmente, porque é por meio da apropriação da acumulação primitiva, possibilitada pelo aumento da produtividade do campo, que o governo chinês obtém os recursos (capital-dinheiro) necessários aos empreendimentos industriais. E, por fim, para que haja a criação da grande indústria é necessário que haja mercado para os bens por ela produzidos. Dessa forma, a ampliação do produto do campo e, conseqüentemente, da renda do trabalhador agrícola possibilita que haja demanda para os bens produzidos pela indústria nascente. É possível observar que a estratégia de industrialização estava intimamente ligada a uma reestruturação do setor primário.

A reforma agrária trouxe, além da distribuição de terras aos camponeses, a criação de granjas estatais, de modo que muitos camponeses puderam passar à condição de trabalhadores assalariados, o que garantiu renda a uma porção cada vez maior da população. Posteriormente, uma nova onda de reformas fez com que os camponeses fossem organizados em cooperativas, podendo vender seus excedentes produtivos ao estado, no intuito de aumentar a produção, com ganhos de escala. O resultado dessas reformas foi um aumento considerável na produção agrícola nacional que, pouco a pouco, foi sendo concentrada nas mãos das agências estatais, responsáveis pela distribuição do que era produzido, ao povo (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

De acordo com Pomar (2003, p. 65):

[...] entre 1952 e 1953 a inflação foi colocada sob controle. A produção de grãos subiu de 103 para 166 milhões, a de algodão de 450 mil para 1,3 milhão de toneladas, e a de carvão de 32 milhões para 66 milhões de toneladas. A média anual de crescimento econômico nesse período foi de 34,8%. A economia recuperou-se quase totalmente em comparação com o período de pré-guerra.

Nas cidades, o Partido Comunista conseguiu eliminar as camadas burguesas que parasitavam o governo chinês e estabeleceu reformas que obrigavam as empresas privadas existentes a tomarem empréstimos com fundos públicos. Com esta medida, as empresas passaram a trabalhar sob contrato com os órgãos fiscais do governo que forneciam, além de

créditos, matérias-primas. Além disso, passaram a ser cada vez mais comuns as fusões entre empresas estatais e privadas, que passaram a ser de propriedade do governo (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

Outra contribuição muito relevante do governo de Mao Tsetung foi a criação de uma indústria pesada na China, indústria esta que é “condição básica para o desencadeamento de um processo mais amplo de industrialização” (MILARÉ; DIEGUES, 2012, p. 366).

Para atingir estas metas, a estratégia adotada pelo PCC foi, a exemplo do que foi feito na URSS, de estatização da indústria já existente em território nacional, no intuito de centralizar o planejamento da economia nas mãos do governo e garantir uma industrialização rápida e homogênea em todo o país (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

De acordo com Pomar (2003), a industrialização da China não foi fácil. O bloqueio econômico das principais potências mundiais e a falta de recursos da União Soviética, que ainda se recuperava da guerra, dificultavam o acesso ao crédito internacional, de modo que:

Nessas condições, a industrialização só poderia ocorrer sendo financiada pelo trabalho excedente dos camponeses e operários. Isso apresentava limites sociais e políticos evidentes, que se fizeram presentes nas insatisfações e críticas surgidas entre 1955 e 1957, relacionadas principalmente com a queda da renda camponesa, a compressão salarial e a escassez de bens de consumo (POMAR, 2003, p. 67).

Após o primeiro plano quinquenal, a China vivenciou um acelerado crescimento econômico. Para aprofundar este crescimento, somado à modernização industrial almejada por Mao Tsetung, foi lançado o “Grande Salto Adiante”, um programa de profundas reformas cujo objetivo era acelerar a transformação econômica e política de forma acelerada (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

No que diz respeito à política, o plano ficou marcado pela tentativa de transformar a China em um país verdadeiramente comunista em um curto período de tempo, com destaque para a perseguição do governo aos “direitistas”. Já na economia, o objetivo era de aprofundar a reforma agrária, garantindo a coletivização do campo. Para isso, foram criadas comunas por todo o país, que ficariam responsáveis por garantir a descentralização da produção, organizar e expandir as indústrias rurais, criar infraestrutura regional e até proteger o território por meio de milícias (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

Neste momento, o governo exigiu que fosse extinguida a propriedade privada de terras e animais, de modo que tudo deveria permanecer sob posse do governo, representado pelas comunas. Os camponeses relutaram em entregar seus animais, de modo que chegaram a ocorrer abatimentos em massa. As cooperativas se mostraram ineficientes no cuidado dos animais e

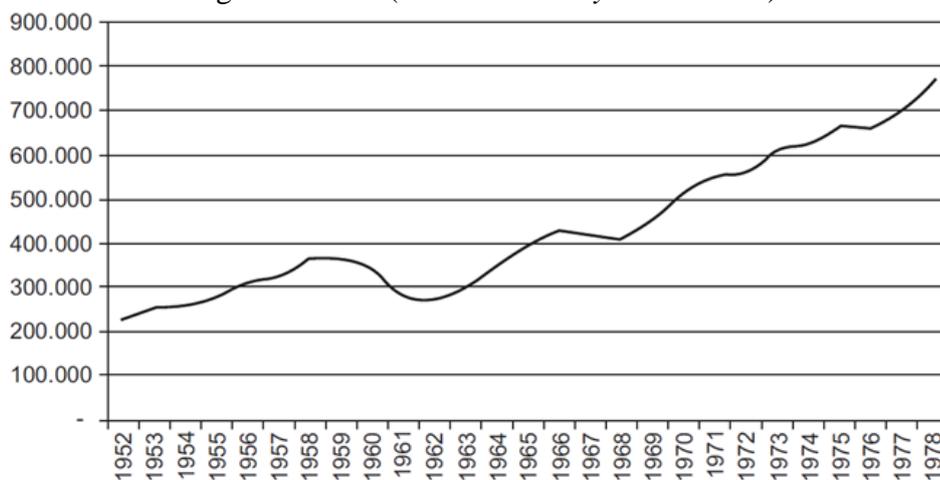
houveram muitas perdas de cabeças de gado, que fugiam sem encontrar resistência (SHENG, 2004). De acordo com Sheng (2004, p. 109):

A coletivização acelerada prejudicou os interesses dos camponeses. Mesmo numa boa colheita, o governo não aumentaria a parte do consumo dos camponeses, e nos anos de fome, eles teriam de pedir “empréstimos” ao governo. Exceto em regiões atingidas pelas calamidades naturais, todas as cooperativas eram obrigadas a devolver os “empréstimos” e a cumprir as cotas do governo. Em consequência, os camponeses ficavam sem incentivos para produzir mais e melhor, à medida que o Estado socialista eliminava, passo a passo, as suas perspectivas de viver melhor.

As cotas de alimentos que eram de direito dos camponeses foram sendo reduzidas ano após ano e, com isso, os anos após o Grande Salto Adiante foram marcados pela fome, que ceifou a vida de cerca de vinte milhões de chineses entre 1959 e 1962 (SHENG, 2004).

Apesar dos maus resultados obtidos após o Grande Salto Adiante, ao analisar o período da Era Mao, pode-se notar que houve um crescimento econômico considerável, com fortes transformações industriais:

Figura 3 – PIB (em milhões de *yuan* de 1987)



Fonte: Milaré e Diegues (2012).

Fica claro, portanto, que, apesar de inúmeros pontos negativos, as reformas impostas por Mao Tsetung foram cruciais para a criação de um parque industrial robusto e para “preparar o terreno” para as reformas vindouras (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

2.5.2 A Era Deng Xiaoping

Após o falecimento de Mao Tsetung, Deng Xiaoping assume o comando do Partido Comunista da China. Dentre suas primeiras ações ao chegar no poder, Deng inicia as Quatro Grandes Modernizações (agricultura, indústria, defesa e ciência & tecnologia); reprivatiza os

campos; aumenta a produção de eletricidade, transporte e comunicação no intuito de modernizar o país e fomentar as relações econômicas internas e externas do país (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018). De acordo com Leão (2010, p. 35):

(...) as reformas das “Quatro Modernizações” exerciam uma função de superar uma etapa do desenvolvimento do país não alcançada pela Revolução Cultural: melhorar as condições materiais e econômicas das classes mais pobres, mediante a elevação das forças produtivas no campo e na indústria, bem como da abertura controlada da economia.

Fica claro que os esforços do partido se voltaram, neste momento, para o desenvolvimento econômico do país, e que, para que isso fosse possível, o país deveria passar, necessariamente, por um processo gradual de abertura econômica. O intuito de Deng era “atrair elementos capitalistas coordenados pelo Estado para viabilizar a modernização da economia” (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 11). De acordo com Pomar (2003, p. 81):

No período anterior a 1980, o planejamento centralizado determinava todo o processo produtivo e distributivo. Em geral, os comunistas consideravam o mercado incompatível com uma economia socialista. Entretanto, a reavaliação do mercado como uma criação histórica anterior ao capitalismo, cujo papel não pode ser eliminado por medidas administrativas, levou-os a combinar o planejamento (macroeconômico e macrosocial) com o mercado.

O mercado, então, voltou a ser levado em conta no cálculo econômico e a ser o principal regulador dos preços e das demandas produtivas. Ao Estado, cabia o papel de planejador macro, ajustando os desvios de mercado e orientando-o de acordo com as estratégias nacionais de construção econômica e com as reformas que estavam sendo implementadas (POMAR, 2003).

No que diz respeito à agricultura, Deng, de acordo com Araújo, Brandão e Diegues (2018, p. 11):

[...] dissolveu as comunas, propôs uma nova reforma para o campo e instalou novo sistema de contratos que permitiu às famílias venderem a sua produção excedente, o que duplicou a produção rural entre 1980 e 1986. Esse processo promoveu aumento da riqueza rural e estímulo à expansão da indústria de bens de consumo, ou seja, foi o gatilho inicial para o desenvolvimento industrial que estaria por vir.

Estabeleceu-se um “sistema de responsabilidade” (ARRIGHI, 2008, p. 366), em que, pela primeira vez, os camponeses do país puderam guardar para si uma parte dos lucros, e vender o excedente produzido (ARRIGHI, 2008). De acordo com Mendonça (2009, p. 28):

Como método para uma reforma salarial que incentivasse a produtividade entre os trabalhadores, Deng começa, a partir de 1978, a enunciar o princípio de “distribuição segundo o trabalho de cada um” e a instauração do sistema de bônus (BACHMAN

apud MENDONÇA, 2009, p. 305). Todas essas modificações visavam a recompensar o mérito, a competência e, sobretudo, o resultado, afastando todo e qualquer critério de natureza ideológica.

Outra reforma muito relevante do governo de Deng, para a população camponesa, foi o desenvolvimento das *Township and Village Enterprises* (TVEs), que são “cooperativas de produção industrial no meio rural de propriedade coletiva” (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 11).

Com o aumento da renda nas mãos dos camponeses, oriundo do novo sistema de contratos, os camponeses passaram a integrar o mercado consumidor, e a presença destas empresas no meio rural aumentava os índices de emprego e renda, evitando, assim, o êxodo rural das famílias campesinas (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

As empresas estatais também tiveram papel crucial na transformação industrial chinesa. Algumas reformas internas nestas empresas culminaram em sua independência financeira em relação à máquina estatal, o que permitiu a formação de grandes conglomerados dotados de escala e capacidade de investimento próprio. Apesar disso, o Estado continuava no controle destas empresas, de forma indireta, mas sem deixar de guiar o rumo da política industrial, garantindo, dessa forma, não somente o lucro das empresas, mas também a modernização e o desenvolvimento econômico e social do país (POMAR, 2003).

Araújo, Brandão e Diegues (2018) apontam que o contexto geopolítico da Guerra Fria fez com que a China tivesse acesso ao mercado estadunidense e ao crédito internacional, de modo que o país pôde financiar a importação de máquinas e equipamentos sem afetar a estabilidade do seu balanço de pagamentos. O intuito da estratégia industrializante chinesa era, de acordo com os autores, de que sua produção industrial pudesse atender ao mercado externo e, desta forma, “internalizar o dinamismo externo e assim, modernizar sua indústria” (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 12). Outras estratégias foram introduzidas pelo governo com este mesmo intuito:

[...] atração de IDE, que além de trazer o capital externo produtivo, atraia know-how; o incentivo à cópia e à engenharia reversa; a manutenção do câmbio artificialmente desvalorizado; financiamento estatal para novos empreendimentos a taxas de juros menores; altas taxas de investimento, entre outras (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 12).

Através destas ações, o governo viabilizava a presença do mercado, sem pôr em risco a soberania nacional, muito valorizada após tantos anos de ingerência externa. Além disso, outro fator relevante do processo de industrialização chinês é que o mesmo se deu em um contexto de globalização acelerada, o que permitiu ao país se articular ao mercado internacional,

garantindo insumos para sua crescente indústria exportadora e abrindo novos mercados consumidores para seus produtos manufaturados (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

De acordo com os autores, fica claro que:

[...] a diferença de acoplamento da China ao processo de globalização se deu pela atuação do Estado, que se reaproximava diplomaticamente dos países capitalistas e direcionava o processo de abertura da economia privilegiando a integração produtiva, de forma que o investimento direto pôde ser direcionado para setores com cadeias mais dinâmicas (ARAUJO, BRANDÃO, DIEGUES, 2018, p. 12).

A ação coordenada do Estado, portanto, foi decisiva para o bom desempenho econômico do país nas últimas décadas, em comparação com outras economias emergentes que seguiram incontestavelmente as diretrizes liberais impostas pelas potências ocidentais. De acordo com Leão (2010, p. 42):

(...) pode-se afirmar que a China impôs controles de capital a fim de impedir a entrada de investimentos especulativos e utilizou o IDE e, especialmente, o crédito dos bancos públicos para realizar os grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento da estrutura produtiva e fomentar as indústrias exportadoras de alta tecnologia. Assim, a expansão dos investimentos, da produção e das exportações respondeu a uma lógica interna de acumulação capitalista conduzida pelo Estado chinês, não se submetendo àquele alinhamento das posições que os países desenvolvidos foram impondo aos em desenvolvimento.

De acordo com Mendonça (2009), há uma tendência entre os estudiosos ocidentais de atribuir um papel muito grande ao mercado no processo de reforma e abertura da China, no entanto, o Estado teve um papel crucial neste processo de transição. De acordo com o autor:

Todas as reformas, de fato, liberaram uma força imensa de produção, que há muito vivia aprisionada por políticas e por uma mentalidade cultural avessas ao comércio e ao lucro, mas o Estado representou o papel de propulsor da abertura ao mesmo tempo em que a regulava, tomando medidas de forma gradual, inclusive fiscalizando os resultados ao longo do processo e fazendo os ajustes, quando necessário (MENDONÇA, 2009, p. 29).

2.5.2.1 A Criação das Zonas Econômicas Especiais

No Sétimo Plano Quinquenal o governo chinês estabelece a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que eram “áreas selecionadas pelo governo para a entrada do capital externo na forma de investimentos de longo prazo” (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 13).

O objetivo por trás da criação dessas regiões era o de estimular a modernização e o progresso técnico das indústrias (em especial, as exportadoras). Dito isso:

As principais zonas especiais criadas na época foram em regiões estratégicas, próximas ao litoral e a centros que já se desenvolviam de forma capitalista: Shenzhen (próxima a Hong Kong), Zhulai (próxima a Macau), Shantou – todos da província de

Guangdong, Xiamen (próximo a Taiwan) – da província de Fujian e uma área especial na ilha Hainan, pouco desenvolvida economicamente (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 13).

Na figura de tabela abaixo, estão demonstrados os resultados da criação das Zonas Econômicas Especiais para a economia chinesa:

Figura 4 - Produto Interno Bruto Real das ZEEs (em bilhões de yuan).

Regiões	1979	1980	1985	1990	1991	1992	1995	1996	1997	1979-1997
Shenzhen	0,2	0,3	2,3	6,2	6,9	8,7	13,6	15,1	17,4	8600%
Zhuhai	0,2	0,2	0,7	1,5	2,1	3,1	3,4	3,6	3,9	1850%
Shantou	0,9	0,9	1,7	2,6	3,2	3,6	5,2	5,9	6,9	667%
Xiamen	0,5	0,6	1,2	1,7	2,0	2,3	4,6	5,5	6,7	1240%
Hainan	1,7	1,8	3,1	4,0	4,6	6,3	7,5	7,9	8,4	394%
Total ZEE	3,4	3,8	9,0	14,8	18,8	24,0	34,3	38,0	43,3	1174%
Total China	392	417	703	694	1.014	1.137	1.61	1.786	1.963	401%

Fonte: Knoth (2000 apud CELINO, 2006, apud ARAUJO, BRANDÃO E DIEGUES, 2018).

Fica claro, portanto, que as ZEEs foram responsáveis pelos melhores índices de desenvolvimento industrial e financeiro chineses naquele período, graças aos incentivos oferecidos pelo Estado às empresas que investissem naquelas regiões (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Dentre esses incentivos, Celino (2006 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 14) destaca:

[...] a redução/isenção do imposto de importação (inclusive para insumos), eliminação/redução de controles cambiais, menores restrições à propriedade estrangeira e a repatriação do lucro, menor pagamento de imposto de renda em relação ao resto do país, autonomia para contratar e demitir trabalhadores, entre outros.

Em contrapartida, o governo estabeleceu que as empresas deveriam transferir tecnologia e demandar matéria-prima das empresas locais. A entrada dessas empresas, na China, se deu, então, através do modelo de *joint venture* – onde as empresas estrangeiras tinham de se associar a empresas chinesas para poder usufruir das benesses governamentais (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

O governo chinês garantiu, dessa forma, que o país absorvesse o conhecimento técnico trazido pelas empresas estrangeiras, além de fomentar as exportações, o que garantiu o acúmulo de reservas internacionais para o país (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Com isso, Pomar (2003, p. 85) comenta que:

[...] a China praticou abertura e protecionismo. Só à medida que suas próprias empresas ganharam experiência e competitividade para disputar com as empresas estrangeiras, inclusive nos mercados externos, ela foi abrindo seu mercado interno,

processo que continua. Entre 1980 e 2000, houve uma paulatina abertura das portas da China para produtos externos, ao mesmo tempo que empresas chinesas se jogavam no comércio internacional e conquistavam fatias desse mercado. Essa política permitiu à China tornar-se um dos grandes receptores mundiais de capitais externos, um dos grandes exportadores mundiais de mercadorias e, recentemente, um crescente exportador de capitais.

O inegável sucesso das ZEEs fez com que o Estado estimulasse a formação de novas zonas especiais, porém, com objetivos mais específicos: as ZDET (Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico). Nelas, o governo efetuou reformas tributárias para atrair empresas de setores mais intensivos em tecnologia e produtoras de bens de maior valor agregado (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Nesse sentido, Cunha e Xavier (2010 apud ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 16) afirmam que:

[...] 90% do IDE que entrou na China foi destinado à modernização do capital e ampliação da capacidade produtiva existente. No que diz respeito à atuação do Estado, pode-se avaliar a diferenciação de tratamento das empresas estrangeiras em relação às nacionais em que estas mantinham baixos níveis de importação enquanto as empresas exportadoras podiam importar bens de capital e bens intermediários livres de impostos alfandegários. Percebe-se, portanto, que o governo estimulava as empresas estrangeiras a produzirem na China para exportar já que isso aumentaria as reservas do país e permitiria o aumento dos encadeamentos intersetoriais além da absorção de técnicas modernas. Isto mostra que o país promoveu um ambiente macroeconômico e institucional diferenciado para o processo de abertura econômica que não se restringisse apenas a permitir a livre movimentação de capitais.

Dentre as medidas do aparato macroeconômico estatal para garantir a competitividade das empresas instaladas no país, vale destacar o papel fundamental exercido pela taxa de câmbio, mantida desvalorizada, artificialmente, pelo governo chinês. Além de facilitar as exportações, a taxa de câmbio desvalorizada funcionava, também, como uma espécie de “barreira comercial” aos produtos importados, protegendo, assim, a indústria nascente. O Estado, neste momento, passou a utilizar um regime de câmbio dual – o oficial (administrado) e o mercado de *swaps*, restrito às empresas localizadas nas ZEEs e *trading* estatais (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

2.5.3 Anos 2000

O início dos anos 2000, na China, foi marcado pelo aprofundamento das relações comerciais do país com o restante do mundo. Em 2001, o país ingressa na Organização Mundial do Comércio (OMC) (POMAR, 2003). De acordo com Mendonça (2009, p. 39):

A interdependência econômica, que é uma das características mais marcantes do mundo globalizado, de certa maneira impõe à China a aproximação e o ingresso nestas

organizações. Caso não agisse desta forma, estaria vivendo a interdependência sem participar da elaboração das normas que a regulam. Sendo o pragmatismo a tônica de sua política externa e ante a necessidade de dar continuidade a seu desenvolvimento econômico interno, o processo de abertura exige da China um processo correlato de participação crescente.

Para que seu ingresso fosse possível, o governo teve de implantar uma série de reformas para se adequar às normas da organização, reduzindo as medidas protecionistas praticadas pelo país até aquele momento e mudando, assim, a forma como a China fazia comércio com o mundo (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018). Algumas dessas importantes reformas foram apontadas por Milaré (2011 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 18):

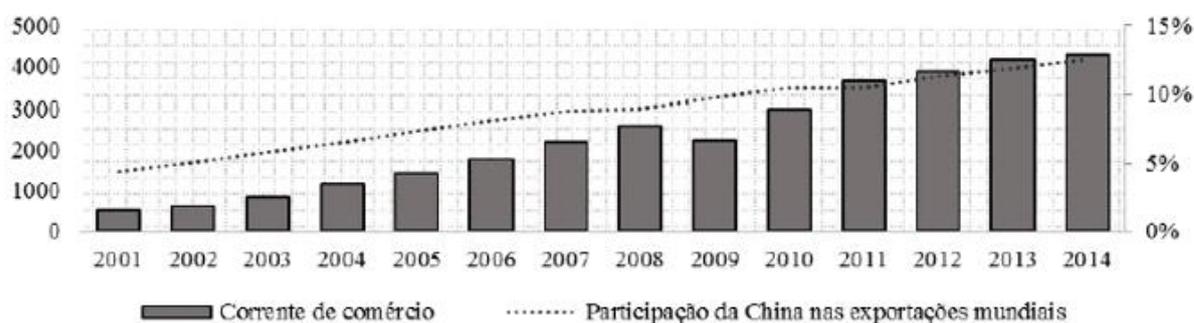
(1) fim do mercado de swaps e liberalização ao acesso a outras moedas; (2) a substituição das cotas de importações por teto de tarifas em que a tarifa de importação seria baixa para um pequeno volume de importação – essa medida representa uma forma de liberalizar o acesso aos produtos internacionais de forma atenuada e (3) comprometimento em criar restrições à cópia e proteger a propriedade intelectual.

Pomar (2003, p. 85) comenta que a China, ao entrar no século XXI:

[...] possuía uma legislação que dava segurança e estímulo às atividades econômicas, com canais abertos para o fluxo interno e externo de capitais, para a compra e venda de mercadorias, para a contratação e demissão de trabalhadores, para financiamento de créditos bancários, para arrendamento de equipamentos e/ou empresas e para participação em licitações públicas. Em certo sentido, a regulação macroeconômica permitiu uma ampla desregulamentação microeconômica.

Os resultados destas reformas e da entrada da China, na OMC, podem ser vistos na figura abaixo:

Figura 5: Corrente de comércio chinesa após a entrada da China na OMC



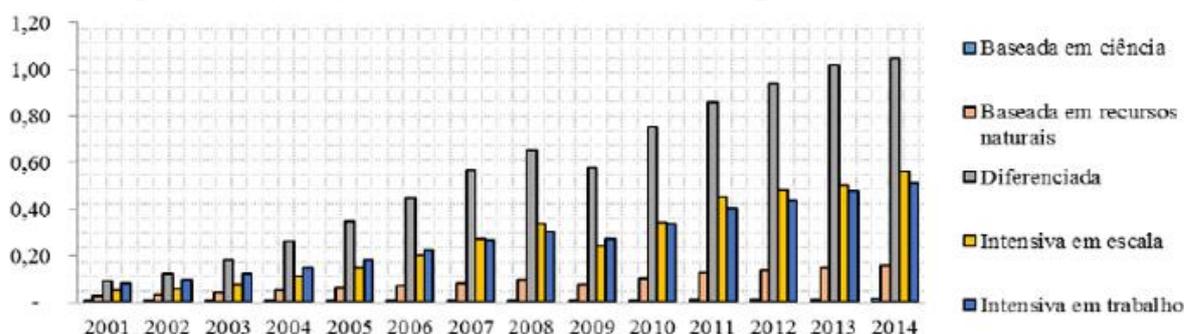
Fonte: Araújo, Brandão e Diegues (2018)

Através da figura do gráfico, é possível visualizar que a entrada do país na OMC e as reformas implementadas para que isso fosse possível aumentaram consideravelmente o fluxo de comércio da China com o mundo. Além disso, o peso da China no comércio internacional também aumentou, visto que “em 2001 as exportações chinesas representavam 4% das

exportações mundiais e em 2014 o país representava 13% com crescimento contínuo (ou estabilidade) ao longo dos anos” (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 19).

É importante analisar, também, que o tipo de produto exportado pela China se alterou, no decorrer dos anos. Cada vez mais, o país demonstra crescimento nas exportações de produtos tecnológicos, intensivos em escala e trabalho, conforme a figura do gráfico abaixo:

Figura 6: Exportação da China por tipo de tecnologia (em bilhões de dólares)



Fonte: Araújo, Brandão e Diegues (2018).

A China, portanto, intensificou o desenvolvimento de setores com maior dinamismo industrial, a partir dos anos 2000, o que lhe permitiu uma melhor articulação, internacionalmente, através da estratégia “*going global*” (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

De acordo com Masiero e Coelho (2014 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 24):

[...] por intermédio da política industrial focada no processo de inovação em setores-chaves, principalmente, químico, eletrônico e metalmeccânico, o país constituiu um tecido industrial internacionalmente competitivo, atraindo empresas internacionais não apenas para produzir no país, mas também para se articular com as empresas nacionais fazendo com que tecnologias próprias fossem produzidas pela China. Esse movimento de inserção internacional tem acirrado a concorrência com players tradicionais, definindo uma “nova geografia econômica”.

Dessa maneira, o país conseguiu desconstruir a ideia de que os produtos “*made in China*” eram de má qualidade e baixa inovação, visto que, cada vez mais, o país passou a produzir bens de alto valor agregado, em setores intensivos em tecnologia e de forma integrada com as cadeias globais de valor (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018). De acordo com Pomar (2003, p. 101):

A extensão da abertura externa também é acompanhada por salvaguardas relacionadas com a segurança da economia nacional, de modo que sejam fortalecidos seu desenvolvimento sustentado e sua competitividade global. Os chineses só abrem seus segmentos de mercado à competição estrangeira quando têm alguma certeza de possuir empresas nacionais capazes de enfrentá-la. Esta tem sido a chave para potencializar as vantagens comparativas do país, participar da divisão internacional

do trabalho e do comércio e fazer uso dos mercados doméstico e internacional para seu próprio desenvolvimento.

O governo chinês buscou formar *players* relevantes para o mercado mundial, selecionando setores e empresas para receber incentivos afim de ganhar competitividade, internacionalmente. Dentre eles, destacam-se “a Lenovo (computadores), a Huawei (equipamentos de telecomunicações), a Haier (eletrodomésticos e eletroeletrônicos) e a Chery Automobile (automóveis)” (ARAÚJO, BRANDÃO E DIEGUES, 2018, p. 29).

Nos dias de hoje, a China não depende mais somente do seu potencial exportador, mas, também, do consumo e investimento internos. Isso foi possível através da elevação dos salários da população que, cada vez mais, tem poder aquisitivo para consumir e investir. Dentre os fatores para este aumento, destacam-se o processo de valorização do câmbio (que eleva os salários em moeda internacional), o aumento do custo de vida e as pressões no mercado de trabalho (ARAÚJO, BRANDÃO E DIEGUES, 2018).

Além destes, Li et al (2012 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 25-26) enumeram outros fatores como:

(1) *Reformas institucionais*: estabeleceram a criação de incentivos nas empresas estatais, passando a ser permitido pagar salários mais altos e bônus aos trabalhadores mais produtivos. Além disso, houve a formação do mercado externo de trabalho em que o setor privado passou a ter peso na formação desse mercado alcançando cerca de 79% do emprego total urbano em 2010;

(2) *Transição demográfica e escassez de trabalho*: houve uma transição demográfica na China, ou seja, um período em que sua força de trabalho passou a aumentar lentamente. Esse aumento gradual coincide com o aumento salarial mais rápido a partir de 1997, já que a taxa de crescimento da força de trabalho da China caiu de 1,9 % antes de 1997 para 1,4 % em 1997;

(3) *Mudanças estruturais*: a migração de trabalhadores rurais para as áreas urbanas nas últimas décadas auxiliou a manter os baixos salários nas áreas urbanas, haja vista que o número de trabalhadores migrantes aumentou de 25 milhões em 1985 para 159 milhões em 2011. No entanto, esse modelo parece estar se esgotando já que o crescimento do fluxo de migrantes caiu de 10,8%, ao ano, antes de 1997, para apenas 4,6%, em 1997.

É possível verificar que o êxodo rural, na China, alterou a estrutura empregatícia do país. Recebendo continuamente os moradores camponeses, nas cidades, o país conseguiu manter, por muito tempo, uma mão de obra barata, visto que os recém-chegados as cidades, em busca de uma vida melhor, se sujeitavam a salários menores, na busca por emprego (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

No entanto, a partir do final do século XX, com a redução do fluxo de migrantes, os salários passaram a ser maiores, criando uma nova classe de trabalhadores assalariados que seria crucial para a manutenção do crescimento nacional, uma vez que permitiu uma

“endogeneização do crescimento” (GOUVEIA, 2012 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018). Com isso, Medeiros (2008 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 26) elenca que:

[...] os principais desafios econômicos a serem enfrentados pela China no seu processo de ascensão internacional são a mudança da inserção externa, em que se desloca o país de exportador de produtos intensivos em trabalho para produtos com maior valor adicionado, e a mudança no padrão de acumulação em que a elevação do salário deve ser vista como meio para expansão do consumo.

De acordo com Cintra e Pinto (2015 apud ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 27), a China, hoje, busca, não somente o crescimento econômico, mas sim “um crescimento menos ancorado na exploração depredatória do meio ambiente” e um Estado de bem-estar social com características chinesas, reduzindo as desigualdades regionais e sociais e expandindo o acesso da população ao sistema público de saúde e à previdência social.

Além disso, Hiratuka (2018) aponta que a capacidade elevada de produção chinesa, somada a redução da demanda, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, fez com que alguns setores industriais apresentassem uma crescente capacidade ociosa. Alguns dos principais setores afetados foram: aço, alumínio, refino de petróleo, cimento, vidro e papel e papelão (EUROPEAN CHAMBER, 2016).

Essa redução da demanda internacional fez com que o governo e as empresas chinesas tomassem medidas agressivas de abertura de mercados como forma de garantir o escoamento dessa capacidade ociosa, o que vem gerando tensões comerciais com países de diversas partes do globo (EUROPEAN CHAMBER, 2016).

Com isso, foram sendo aceleradas algumas mudanças já previstas no 11º Plano Quinquenal, referentes a redução da dependência da China por investimentos como mecanismo de garantia de crescimento do PIB, migrando, cada vez mais, para uma economia embasada no consumo, porém a taxas de crescimento menores (HIRATUKA, 2018).

O país enfrentou dificuldade em garantir os índices de crescimento econômico próximo dos dois dígitos, o que caracterizou sua performance nas décadas anteriores, visto que a crise financeira nos países ocidentais em 2007-2008 reduziu consideravelmente a demanda por produtos chineses (SCHERER, 2015).

De acordo com Scherer (2015, p. 37), a estratégia do governo, neste cenário, consistiu em:

[...] substituição parcial da demanda externa, afetada pela crise, pelo incremento do consumo interno, estimulado sobretudo pelo rápido avanço do crédito que tornou a China o país de maior base monetária no planeta. Por outro lado, uma face menos

destacada dessa tentativa de enfrentar as consequências da desaceleração dos países desenvolvidos passou pela intensificação dos laços comerciais com os mercados dos países emergentes e pela aceleração dos investimentos externos nesses países, alavancada pelo extraordinário volume de reservas detido pelo país.

Apesar das ações governamentais, um fator foi bastante relevante para o fracasso da estratégia: a queda dos preços das *commodities*, que se deu após 2013, reduziu consideravelmente a demanda por produtos nos mercados emergentes, visto que estes países dependem fortemente da venda dessas *commodities* para movimentar sua economia (SCHERER, 2015).

Percebeu-se que apenas a substituição da demanda externa pela interna não seria suficiente para garantir os índices de crescimento do país, de modo que, de acordo com Scherer (2015, p. 37-38):

Ficou clara então a necessidade de intensificar a exportação de investimentos (tanto em infraestrutura quanto com a implantação de novas empresas multinacionais industriais) que poderão ampliar a presença externa da economia chinesa de modo a sustentar a demanda pela excedente produção doméstica, sustentando o crescimento. As implicações dessa opção estratégica são relevantes para a conformação do cenário geopolítico internacional na primeira metade do século XXI, uma vez que levam a China a confrontar tanto a presença norte-americana quanto a influência europeia em regiões onde estes tiveram dominância incontestada nos séculos XIX e XX.

Neste período de transição, é dado grande protagonismo às atividades inovativas, com o aumento significativo nas taxas de investimento em P&D (HIRATUKA, 2018). De acordo com Hiratuka (2018, p. 6):

A preocupação com o aumento da capacidade inovativa e a redução da dependência de tecnologia sob controle estrangeiro também fica explícita no Plano China Manufacturing 2025, lançado em 2015 e incorporado ao 13º. Plano Quinquenal. Além de estabelecer um conjunto de 10 setores (TI de nova geração, robótica, aeroespacial, equipamentos marítimos, equipamentos ferroviários avançados, eficiência energética veicular, equipamentos elétricos, equipamentos agrícolas, novos materiais e biofarmacêuticos e equipamentos médicos avançados) considerados chaves para o desenvolvimento futuro, o documento elenca um conjunto de metas, incluindo indicadores de inovação, patentes, qualidade dos produtos e redução de emissão de poluentes. Além de ser fundamental para elevar a produtividade e manter o aumento da renda per capita, o domínio dos princípios da inovação e a redução da dependência de tecnologia e conhecimento estrangeiro é considerada chave para viabilizar outras metas importantes incorporadas no 13º. Plano quinquenal. Por exemplo, a questão da mudança estrutural, com redução dos setores industriais mais intensivos em recursos e investimentos fixos e o aumento das indústrias e serviços mais sofisticados, além de transformações na agricultura para incorporar tecnologia e elevar a produtividade. O avanço tecnológico também é fundamental para enfrentar a questão dos impactos ambientais do crescimento chinês.

Alguns dos objetivos fundamentais do governo chinês são a redução das desigualdades regionais, a redução dos índices de pobreza e a garantia de acesso aos serviços de saúde à toda

a população, redução de emissão de poluentes e investimentos em “economia verde” e a internacionalização de sua moeda (HIRATUKA, 2018).

As condições que facilitaram o crescimento chinês ao longo de três décadas de internacionalização econômica e catching-up acelerado vêm se enfraquecendo. A globalização e os fatores internos da China que facilitaram o crescimento econômico do país também vêm se transformando: mão-de-obra e energia baratas, curva demográfica e demanda reprimida (JAGUARIBE, 2018).

No intuito de manter os índices de crescimento econômico para que sejam possíveis novas e importantes reformas na economia e sociedade chinesas o governo aposta, mais uma vez, “na eficácia da combinação de uma economia de mercado globalizada e da presença do Estado em setores-chave e no investimento”, (JAGUARIBE, 2018, p. 139), tomando as rédeas da política industrial e das relações internacionais, lançando estratégias que permitam fazer face aos desafios econômicos do novo contexto internacional e garantam uma presença e relevância maiores ao país, internacionalmente (JAGUARIBE, 2018). De acordo com o autor:

São políticas que apostam, também, na afirmação internacional da China sem embates hegemônicos. Neste caso, trata-se de uma afirmação internacional que passa pela intensificação do comércio, investimentos e entendimentos políticos na Ásia e que se expande como modelo para relações inter-regionais. As duas dinâmicas políticas – interna e externa – se sustentam. São instrumentos desenhados para facilitar a passagem do catching up a uma economia de inovação. Buscam equacionar problemas sociais e econômicos persistentes em um contexto global distinto, sem as vantagens que caracterizaram as primeiras etapas da reforma econômica na China (JAGUARIBE, 2018, p. 139-140).

Com isso, são lançados alguns planos de grande relevância, como o China Manufacturing 2025 (CM2025), que prevê uma maior independência à indústria nacional em áreas de interesse estratégico como máquinas e equipamentos e tem como meta consolidar a China como líder global em manufatura (ARAUJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Outro importante projeto lançado para a manutenção do crescimento chinês e aumento da relevância internacional do país é a Belt and Road Initiative (BRI), que ficou conhecida, também, como “A Nova Rota da Seda”. É sobre esta iniciativa que será tratado o capítulo seguinte.

3. CAPÍTULO 2 - A NOVA ROTA DA SEDA

A Nova Rota da Seda trata-se de uma iniciativa, desenvolvida pelo governo chinês, que consiste na criação de um conjunto de rotas marítimas e terrestres que ligariam, inicialmente, Ásia, Europa e África. As obras serão custeadas, em sua maioria, pelo próprio governo chinês, e prometem levar investimentos e desenvolvimento econômico a todos os países envolvidos no projeto (BARBOSA et al., 2016).

A ideia do projeto remete à antiga Rota da Seda, que inspirou o desejo de recriar rotas que liguem uma série de nações visando o desenvolvimento econômico, uma maior conectividade entre os três continentes, um aprofundamento na cooperação econômica e técnica e o aumento do fluxo comercial, servindo como um incentivo ao crescimento de longo prazo (BARBOSA et al., 2016). De acordo com Pires e Paulino (2017, p. 222):

Trata-se de uma estratégia que tem por foco a interconectividade e a cooperação (primeiramente entre os países da Eurásia), e por objetivo a construção de uma rede de comércio e infraestrutura em uma espécie de rejuvenescimento da antiga Rota da Seda. As principais ações previstas nesse projeto referem-se à construção de infraestrutura de transporte e comunicação.

O projeto é composto pela Silk Economic Road (componente terrestre) e pela Maritime Silk Road (componente marítimo). Por terra, a Nova Rota da Seda pretende conectar, via estradas e ferrovias, a China e a Europa, passando pela Ásia Central, pelo Oriente Médio e pela Rússia. Já a rota marítima visa conectar portos chineses à costa da África e ao Mar Mediterrâneo, passando pelo Oceano Índico e pelo Canal de Suez (STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2015).

Figura 7 - Mapa da Nova Rota da Seda em suas dimensões terrestre e marítima



Fonte: The Economist (2016 apud KOTZ; OURIQUES, 2020).

De acordo com Barbosa et al (2016, p. 33-34), a rota terrestre:

[...] começará na cidade de Xi'an, mas se articula para o Norte com Beijing e para o Sul, em Guandong, subindo daí até Lanzhou (província de Gansu), Urumqi (Xinjiang) e Korgas (Xinjiang), já próxima ao Cazaquistão. Daí seguirá para o sudeste, alcançando o norte do Irã, na Ásia central, antes ir através do Iraque, Síria e Turquia. De Istambul, a Rota da seda cruzará o estreito de Bósforo e seguirá noroeste através da Europa, incluindo a Bulgária, a Romênia, a República Tcheca e a Alemanha, daí até o porto de Roterdã, na Holanda. Finalmente via o Sul chegará até Veneza onde se encontrará com a também ambiciosa Rota da Seda Marítima.

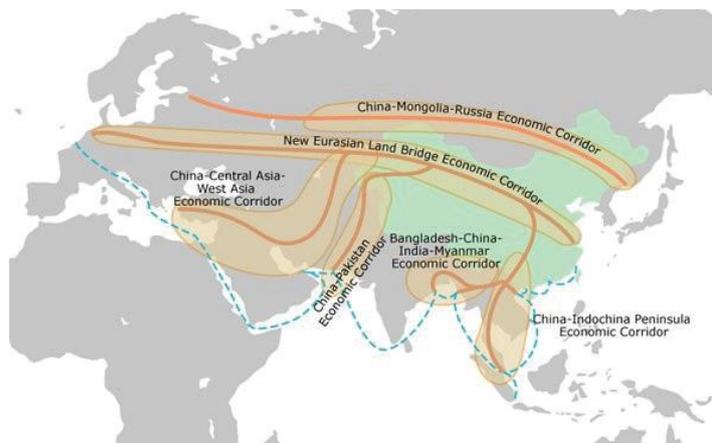
Enquanto a rota marítima, por sua vez:

[...] começará em Quanzhou na província de Fujian, e também atingirá Guangzhou, na província de Guandong, Beihai (Guanxi) e Haikou (Hainan), antes de se dirigir para o estreito de Málaca, de Kuala Lumpur, se dirigirá a Calcutá, na Índia e depois cortará o restante do Oceano Índico para Nairóbi, Quênia e seguindo até o Sri Lanka. De Nairóbi, a rota marítima irá para o norte em torno do “Chifre da África e dali para o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, com uma parada em Atenas antes de atingir a Rota da seda terrestre em Veneza (BARBOSA et al., 2016, p. 34).

Pereira e Pereira (2018, p. 57) estimam que o projeto, quando completo, abrangerá em torno de 62% da população mundial – 4,4 bilhões de pessoas –, corresponderá a 36% do PIB mundial e poderá ampliar o comércio da China com mais de 70 países que estarão ligados pelas rotas marítimas e terrestres, o que, segundo eles, “propiciará à China fortalecer sua liderança no mercado mundial”.

Pautasso e Ungaretti (2017) comentam que a China quer aproveitar a infraestrutura logística internacional existente, bem como cidades e portos importantes no sistema internacional para estabelecer seis corredores econômicos internacionais, nomeadamente: a) China-Mongólia-Rússia; b) Nova Ponte Terrestre Eurasiática; c) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; d) Bangladesh-China-Índia-Mianmar; e) China-Península Indochina e f) China-Paquistão.

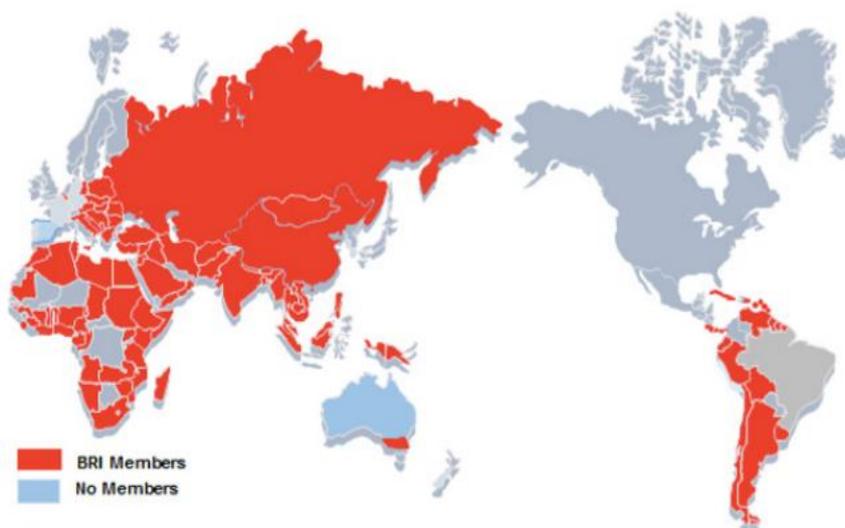
Figura 8 - Corredores Econômicos Internacionais.



Fonte: Hong Kong Trade Development Council (2016, apud PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Embora inicialmente a iniciativa se limitava aos corredores econômicos supracitados, no decorrer dos anos diversos países têm demonstrado interesse em integrar a iniciativa, de modo que outras regiões foram englobadas no escopo da Nova Rota da Seda, como demonstra a figura abaixo:

Figura 9 – Mapa dos Países Membros da BRI (2019)



Fonte: González-Sàez (2019)

O país busca, com a iniciativa, criar ou reestruturar estradas, portos, ferrovias, aeroportos, oleodutos e gasodutos nos países que a compõe, visando a melhoria da logística regional. Essas obras e melhorias seriam responsáveis por garantir um escoamento mais rápido e eficiente da produção chinesa, aumentando, assim, as exportações. Além disso, o projeto garantiria o acesso da China a diversas fontes de energia pelo caminho, o que é essencial para a manutenção do crescimento do país (BARBOSA et al., 2016).

A abertura de novos mercados para os produtos chineses, gerada pelo projeto, serviria como uma alternativa à possibilidade de desaceleração da demanda nos Estados Unidos e na Europa, além de endereçar o excesso de capacidade produtiva chinês em setores importantes como siderurgia e cimento, que, hoje, estão produzindo aquém de sua capacidade (PEREIRA; PEREIRA, 2018).

Sendo assim, Silva (2015 apud HIRATUKA, 2018, p. 7) comenta que:

A busca por incentivar novos projetos de investimento de infraestrutura representa, diretamente, oportunidades para que as grandes empresas chinesas possam continuar atuando e de maneira crescentemente internacionalizada, compensando a queda no ritmo de expansão no mercado interno da China, com mais projetos no exterior. Trata-se, portanto, de uma política que dá continuidade à estratégia de internacionalização das grandes empresas chinesas, iniciada na década de 2000 e que recebe ainda mais impulso após a crise econômica global.

A melhoria gerada na conectividade do continente serviria, também, como um estímulo ao crescimento econômico saudável nos países do entorno chinês, o que poderia aumentar o fluxo comercial intercontinental, garantindo a absorção da capacidade produtiva da indústria chinesa. A longo prazo, o crescimento econômico do continente asiático, como um todo, poderia impulsionar uma “mudança estrutural em direção a setores mais intensivos em conhecimento”, o que aumentaria a demanda por estes bens e possibilitaria a transferência das indústrias caracterizadas pelo uso intensivo de capital fixo e baixos salários para países em estágio de desenvolvimento menor em relação à China, disseminando, assim, a industrialização pelo continente (HIRATUKA, 2018). Pires e Paulino (2017, p. 223) comentam que:

[...] para os demais países envolvidos nesse projeto, a criação de infraestruturas pode ser importante para poderem se integrar produtivamente nas cadeias de valor que se desenvolvem na Ásia, tanto pela potencialização da oferta de commodities como a criação de setores industriais antes inexplorados.

De acordo com Yiwei (2016 apud PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 30):

[...] a Iniciativa OBOR se difere da globalização tradicional na medida em que a sua proposta possui o potencial de proporcionar uma globalização inclusiva, sem assimetrias entre o marítimo e o terrestre; o urbano e o rural; os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

A BRI pode ser vista, também, como uma estratégia de desenvolvimento interno, visto que a China almeja, há muito tempo, desenvolver as suas províncias interioranas, cujos índices de desenvolvimento econômico e social estão muito abaixo do que é visto nas províncias orientais, mais próximas do litoral. Em especial, pode-se destacar o caso de Xinjiang, a província mais ocidental da China, cuja população é de maioria islâmica e onde ocorre uma

série de insurgências contra o governo central, visando a independência da região e contando com o apoio dos inúmeros grupos extremistas ali presentes (BARBOSA et al., 2016).

O partido comunista vê o movimento separatista como uma ameaça à sobrevivência do partido e acredita que a pobreza e o subdesenvolvimento seriam as principais causas para as insatisfações do povo da região, de modo que a solução seria a integração econômica da região com o seu entorno (CAI, 2017).

Pode-se dizer que as questões domésticas e as relações externas encontram-se mais interligadas do que nunca, de modo que a China precisa ter uma postura mais aberta e proativa visando o aprofundamento da importância do país na “configuração da dinâmica e integração regional” (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 28).

O objetivo da China é criar uma cadeia de produção regional, dentro da qual o país se posicionaria como um centro industrial e de inovação avançado, encorajando o desenvolvimento regional por meio de uma melhor integração com as economias vizinhas, garantindo a constante modernização da indústria chinesa enquanto exporta seus padrões para os demais países e, ainda, direcionando seu excesso de capacidade produtiva (CAI, 2017).

É fato que a maioria dos países do entorno chinês não possui capacidades estatais suficientes para investir em áreas fundamentais para o desenvolvimento de seus países, como infraestrutura de transporte, comunicação e energia. Nesse contexto, esses países veem o aporte chinês como uma oportunidade única de impulsionar suas economias. A infraestrutura leva a uma maior integração física, que permite uma maior integração econômica, disseminando o desenvolvimento compartilhado em setores como “finanças, energia, comunicação, logística e turismo” em âmbito continental (YIWEI, 2016 apud PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 38).

Uma das principais metas do governo chinês consiste em tornar a indústria chinesa mais voltada à inovação, enfatizando a qualidade ao invés da quantidade. A Nova Rota da Seda, neste contexto, serviria como facilitadora da exportação dos produtos industrializados chineses de ponta, visto que o governo chinês acredita que os países em desenvolvimento em seu entorno seriam mais suscetíveis a aceitar este tipo de bem, se comparados aos países desenvolvidos da Europa e América do Norte (CAI, 2017).

Apesar disso, a crescente internacionalização forçaria, também, as indústrias chinesas a se adequarem a ambientes mais competitivos e exigentes, visto que elas seriam incentivadas a promover melhorias constantes, de modo a garantir seu espaço nos novos mercados que seriam abertos. Tudo isso faz parte de um objetivo maior do governo chinês que visa tornar o país em

uma economia fortemente baseada na inovação e líder mundial em pesquisa e desenvolvimento (CAI, 2017).

Outro fator importante a ser levado em conta quando se analisa a Nova Rota da Seda diz respeito à segurança nacional. O governo chinês sabe da importância de reforçar suas capacidades navais, visando “garantir o acesso ao longo das linhas de comunicação oceânicas” e lidar com a questão de Taiwan e com a forte presença americana na região do Mar do Sul da China, o que revela uma clara competitividade sino-americana. Ao mesmo tempo, a China deve “evitar disputas capazes de esvaziar os esforços integracionistas e atrair a ingerência externa” (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 36).

Visando a promoção da segurança na rota, a China tem deslocado grupos militares para alguns países, atitude que não é bem vista pelo ocidente, que enxerga essa presença militar chinesa nos países do seu entorno como uma tentativa de neocolonização, apesar dessa ideia ser constantemente rebatida pelo governo chinês e pelos países nos quais essas forças se encontram, que ressaltam que a China não interfere na sua soberania (BARBOSA et al., 2016).

Um dos principais motivos da mobilização de forças por parte da China consiste na securitização dos seus acessos aos recursos energéticos. Embora o Oriente Médio continue sendo a principal fonte das importações petrolíferas chinesas, o país busca “encontrar vias alternativas aos pontos de estrangulamento marítimos e a um possível bloqueio do Estreito de Malaca, apostando, entre outros, no potencial energético da Ásia Central” (DUARTE, 2016, p. 103).

No âmbito das finanças internacionais, a China tenta se consolidar como um emissor de IED devido ao seu enorme estoque de capital disponível para financiamento, criando novos bancos de desenvolvimento e garantindo a disseminação de investimentos chineses ao redor do globo. Pode-se dizer que esse comportamento do país “contribui para a construção de um sistema financeiro mais abrangente” (LOPES, 2015, apud PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 37) e demonstra a assertividade do país na “construção de uma nova arquitetura financeira internacional assentada em novos padrões de governança” (PAUTASSO, 2015 apud PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 37).

Isso vai de encontro às crescentes contestações aos preceitos e condições impostos pelas instituições de Bretton Woods que vem sendo feitas, principalmente, após a crise financeira de 2008. Nesse contexto, a China propõe novos espaços de cooperação econômica, desafiando a “atual ordem econômico-financeira internacional” (BRITES; JAEGER, 2016 apud PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 37).

O país visa um maior protagonismo na esfera financeira e, respondendo às lentas alterações nas instituições financeiras multilaterais tradicionais, criou bancos de investimento como o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). A ideia é que uma parte dos recursos necessários para as obras da Nova Rota da Seda seja custeada por estes novos bancos, sem o envolvimento das instituições financeiras multilaterais ocidentais (HIRATUKA, 2018).

Embora importantes para o financiamento dos projetos de infraestrutura que compõem a Nova Rota da Seda, os fundos multilaterais não serão suficientes para cobrir o montante necessário para a conclusão de todas as obras, de modo que as instituições chinesas como o Silk Road Fund, o China Development Bank (CDB), o Export-Import Bank of China, o Bank of China e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) terão, também, um papel fundamental no suporte aos investimentos (HIRATUKA, 2018).

Apesar dos benefícios que uma maior integração da Eurásia poderia trazer, a China enfrenta, também, uma série de desafios para colocar seus planos em prática, como “conflitos por recursos naturais, problemas ambientais, ativismo de ONGs ambientais estrangeiras e sabotagem de grupos extremistas; desestabilização e crises econômicas; e insegurança jurídica face a investimentos cujo retorno se faz a longo prazo” (YIWEI, 2016 apud PAUTASSO E UNGARETTI, 2017, p. 39). Hiratuka (2018, p. 8) comenta que:

A despeito das dificuldades envolvidas na iniciativa em razão do volume de recursos envolvidos, das necessidades de coordenação de projetos complexos e de longa maturação e que envolvem também complexas negociações regionais com países com diferentes graus de desenvolvimento econômico e institucional, e da necessidade de administrar aspectos geopolíticos também complexos, em especial na relação com os Estados Unidos, mas também com países como Japão, Índia e Rússia, é inegável que a BRI se constitui em pilar fundamental da nova estratégia de desenvolvimento e de projeção internacional da economia chinesa.

O espaço onde se desenrolam as ações da iniciativa chinesa tem como principal característica a complexidade política. Podem ser elencados diversos exemplos que comprovam este fato, como: a) a província de Xinjiang e as constantes ações desestabilizadoras na região por parte dos grupos extremistas islâmicos; b) a província do Tibete e a fronteira com a Índia, que ainda está em disputa e conta com o estímulo do governo indiano aos movimentos de independência; c) o conflito envolvendo o Mar do Sul da China, que envolve uma série de países como Malásia, Filipinas, Vietnã, Indonésia e Brunei, além dos Estados Unidos, que mantém uma forte presença naval na região; d) a questão de Taiwan e a constante interferência estadunidense neste impasse; e) a construção de infraestruturas em Bangladesh e no Sri Lanka

e a desconfiança da Índia sobre estes projetos e f) a busca da China por alternativas à utilização do Estreito de Málaca, controlado por Singapura (que é um aliado americano) e que é responsável por boa parte do escoamento das mercadorias chinesas, bem como pelo fornecimento de fontes de energia ao país (PIRES; PAULINO, 2017).

De acordo com Pautasso e Ungaretti (2017), a Iniciativa OBOR auxilia no combate a uma série de desafios enfrentados pela China, hoje. São eles:

Primeiro, a redução das assimetrias entre as regiões costeiras e interioranas e o combate aos “três males”¹ tanto no oeste chinês quanto na Ásia Central e Meridional. Segundo, a modernização e construção de infraestrutura de transportes na Eurásia, aspecto essencial para fomentar mercados regionais. Terceiro, a criação de demanda para o excesso de capacidade industrial da China, ao mesmo tempo em que atende a carência de investimentos em infraestrutura ao longo do Cinturão e da Rota. Quarto, a nova malha logística favorece a diversificação das fontes e rotas de importação de recursos energéticos, naturais e de alimentos. Quinto, o apoio à internacionalização de empresas estatais e não-estatais do país, tornando-as mais competitivas e, por outro lado, estimulando-as a compartilharem suas vantagens comparativas no mercado internacional. Sexto, o surgimento e o reconhecimento de novos mecanismos de financiamento internacionais e regionais, bem como a intensificação do processo de internacionalização do renmibi (RMB). Por fim, o desenvolvimento econômico e a integração regional conferem à China um maior envolvimento na coordenação das dinâmicas políticas na Eurásia (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 39).

De acordo com Pires e Paulino (2017, p. 226):

É importante considerar que a perspectiva chinesa para o sucesso de sua Iniciativa é de longo prazo. A criação de infraestruturas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e ainda a liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais tende a criar uma maior interdependência entre os países envolvidos e viabilizar uma maior aproximação entre os povos, buscando diminuir as grandes desconfianças construídas historicamente, sejam por disputas territoriais, sejam por questões culturais e religiosas. A construção de um relacionamento na prática e por meio do exemplo pode contribuir mais para a paz e a estabilidade do que a imposição de valores supostamente universais por meio da pressão de uma nação hegemônica. [...] Por fim, a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” tem se apresentado como uma oportunidade para que a China possa materializar o seu projeto de política internacional, buscando a criação de um ambiente pacífico e estável em que os frutos do seu desenvolvimento possam contribuir para o progresso de todos os países envolvidos nessa Iniciativa. Mais importantes do que os discursos são os resultados palpáveis sobre o bem-estar, a estabilidade política e a paz, tanto com relação à população chinesa, como na vida dos povos dos demais países.

De acordo com Duarte (2016), o presidente Xi Jinping tem reforçado em diversos fóruns internacionais os pilares nos quais se assenta a zona econômica da Nova Rota da Seda, fazendo um apelo à cooperação. São eles:

¹ os "três males" são a definição chinesa para o trio terrorismo, separatismo e extremismo religioso.

[...] o desenvolvimento mútuo, a não-confrontação, o respeito mútuo e o diálogo, o respeito pela escolha de terceiros relativamente ao regime político, o apoio aos interesses estratégicos do outro Estado, o respeito absoluto pela soberania e a renúncia a qualquer forma de hegemonia (DUARTE, 2016, p. 101).

A “diplomacia da Nova Rota da Seda” visa a criação de um ambiente político favorável nos países do entorno chinês, por meio do diálogo e de “relações bilaterais ao mais alto nível, elevando-as à categoria de parcerias estratégicas” (DUARTE, 2016, p. 102).

No entanto, muitos pesquisadores duvidam da “ideia do desenvolvimento onde todos ganham e que a China não teria nenhum tipo de intenção política na região” (BARBOSA et al., 2016, p. 47). Para estes, o discurso chinês não passa de uma alegoria para disfarçar o interesse da China em aumentar sua área de influência na região e medir forças com as potências ali presentes. Outro fator apontado pelos pesquisadores é que vários países integrantes do projeto são integrantes da União Europeia, o que poderia favorecer a China nos acordos comerciais com o bloco econômico. Por fim, comenta-se que países menos influentes no cenário regional poderiam sofrer influências chinesas em sua política interna (BARBOSA et al., 2016).

As desconfianças ocidentais são fundadas nas suas próprias experiências com o sistema westfaliano, não refletindo, obrigatoriamente, o contexto asiático, conforme comenta Pautasso (2011, p. 53):

Na atualidade, a integração asiática está baseada em um sistema hierárquico cujas características diferem substancialmente do sistema westphaliano: os Estados mais fracos buscam benefícios ao invés do balanceamento frente ao mais forte; o Estado central busca minimizar os conflitos com os países mais fracos, provendo meios para se ajustar a circunstâncias imprevistas; a hierarquia é sustentada não somente pelo poder material, mas por normas culturais compartilhadas que servem para mitigar o dilema de segurança e aumentar o nível de comunicação e confiança entre os Estados do sistema; e o Estado central tem baixo nível de interferência nos assuntos dos países mais fracos, respeitando a autonomia na organização doméstica e nas relações exteriores.

É inegável que há uma relação entre desenvolvimento nacional e assertividade internacional. Nesse cenário, os interesses fundamentais de uma nação se vinculam à sua inserção internacional, conforme mencionam Pautasso e Ungaretti (2017, p. 27):

Primeiro, são aprofundados os laços com a economia mundial, desde a dependência por recursos naturais e mercados, até a defesa dos interesses ligados a seus investimentos no exterior. Segundo, os outros países demandam um maior envolvimento da China no financiamento, cooperação e coordenação política globais. Por fim, como as capacidades estatais foram potencializadas, o país passa a reivindicar e atuar junto à governança global para mudar o equilíbrio de poder a seu favor.

De acordo com Pautasso e Ungaretti (2017, p. 28), a iniciativa pode ser vista como:

[...] um transbordamento do protagonismo diplomático chinês e um alargamento do sistema sinocêntrico. E, naturalmente, assumir maior protagonismo implica em definir novo escopo de prioridades e lidar com os novos conflitos de interesses decorrentes dessas responsabilidades ampliadas.

Arrighi (2008), ao retomar o debate sobre a transição sistêmica, já havia sinalizado que o renascimento econômico da Ásia oriental seria um dos temas mais relevantes do século XX. Para o autor, este seria um sinal claro da transferência de poder para a região, que se deu em “processo bola-de-neve” em uma sucessão de Estados da região.

Houve diversas ondas de desenvolvimento na Ásia oriental no decorrer do século XX, iniciando com o Japão entre 1950 e 1980, seguido pelos Tigres Asiáticos (Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan) entre 1970 e 1990 e pelos novos Tigres (Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã) a partir dos anos 1990. No entanto, a nação que conseguiu aprofundar esse processo foi a China, a partir dos anos 1980 (ARRIGHI, 2008).

De acordo com Pautasso (2009, apud PAUTASSO, 2015, p. 12), a principal diferença entre eles é que:

[...] a China começou a liderar a dinâmica regional e não possui as limitações geopolíticas e geoeconômicas dos demais países asiáticos citados, além de ter atributos fundamentais para o longo prazo, tais como grande território e população; um Estado com uma elite com tradição e projeto definidos; diplomacia apta a desenvolver uma inserção global não-subordinada; poder militar dissuasório; e matriz cultural milenar capaz de projetar-se além do espaço nacional.

Embora a China busque evitar ao máximo qualquer tipo de conflito com os Estados Unidos, atual potência hegemônica do sistema internacional, em sua busca pela “projeção de sua liderança geoeconômica em escala global”, dificilmente isso será possível. O aumento das tensões entre os dois países parece inevitável, na medida em que a projeção da China avança, rapidamente, em áreas como comércio, investimento e finanças, tecnologia de ponta, energia, infraestrutura, aquecimento global, entre outras. Trata-se da “busca de afirmação de uma potência concorrente na disputa pela hegemonia na economia e na política mundial” (SCHERER, 2015, p. 45).

O governo chinês, no entanto, tem criticado constantemente a ordem global vigente, que se baseia na disputa de poder entre grandes potências e na busca de hegemonia por uma única nação. Através de sua estratégia de desenvolvimento pacífico, a China tem reforçado a necessidade de uma nova ordem mundial, multipolar e pacífica, sem disputas por hegemonia (PAUTASSO, 2018).

Prova disso é que a Nova Rota da Seda “não pressupõe objetivos hegemônicos, não possui condicionalidades políticas e também não faz proselitismo ideológico, pois não busca vender o modelo político chinês e tampouco os valores culturais e filosóficos do país” (PIRES; PAULINO, 2017, p. 223).

Ao ocidente, de acordo com Pautasso (2011, p. 54-55), resta o “desafio de se adaptar à irrefreável ascensão chinesa” e à civilização sinocêntrica reemergente:

[...] o desafio de colocar-se à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas aos problemas deixados pela hegemonia dos EUA e pelas contradições do capitalismo em escala global. Por soluções sistêmicas deve-se entender a necessidade de criação de mecanismos de governança globais mais equilibrados e de modelos de organização social menos desigual (PAUTASSO, 2011, p. 54-55).

Com base em todas as informações apresentadas até então, é possível reconhecer que o sistema internacional está em processo de transição e que estão surgindo novas configurações de poder. Uma das mais expressivas consiste na “progressiva liderança chinesa sobre um amplo sistema regional” (PAUTASSO, 2011, p. 55).

Neste cenário, o oeste chinês assume um papel crucial como espaço de conexão entre o leste asiático e a Ásia Central. Se a China conseguir que a região seja integrada economicamente ao seu entorno, o resultado poderia ser a “formação de uma economia continental” que “proporcionaria um mercado interno capaz de sustentar o crescimento do país e, em parte, do mundo todo, pelas próximas décadas” (PAUTASSO, 2011, p. 51).

A integração asiática resultaria na “recriação do sistema regional sinocêntrico, com uma complexa síntese entre princípios e valores antigos com instituições e acomodações modernas”, o que poderia ser um indício de “recentralização da economia mundial”, onde o sistema regional sinocêntrico poderia “assumir a condição do principal polo do sistema internacional”, após séculos de domínio do Atlântico Norte (PAUTASSO, 2011, p. 51).

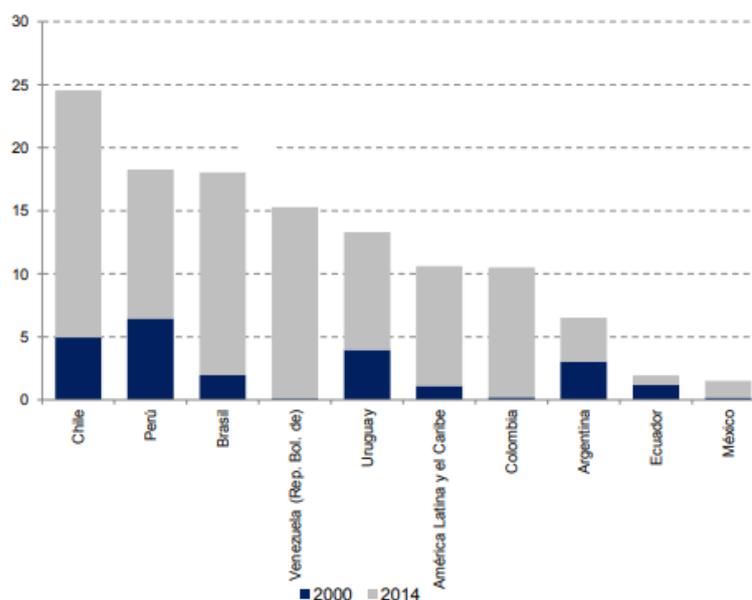
4. CAPÍTULO 3 - A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL NESSA INICIATIVA

A América do Sul despertou o interesse da China há pouco tempo, se comparada com outras regiões como a África e a grande periferia asiática, onde o país possui uma forte atuação já há algum tempo. Um dos fatores que podem ter influenciado este fato é que os países da região possuem uma forte identificação com o ocidente, o que justificaria a visão da China sobre a região como de menor prioridade em termos políticos e econômicos. Recentemente, no entanto, a China tem se aproveitado do “vazio de poder” deixado pelos Estados Unidos e pela Rússia na região para se consolidar cada vez mais como um ator relevante na geopolítica local (DUARTE, 2016).

As relações econômicas entre a China e a América Latina vem crescimento rapidamente, principalmente a partir o início do século XXI, com foco na dimensão comercial. Esse processo se deu, principalmente, devido ao crescimento acelerado da economia chinesa nas últimas décadas que, combinando os processos de urbanização e industrialização, impulsionou a demanda por “commodities minerais, metálicas e energéticas” (HIRATUKA, 2018, p. 2).

Esse expressivo aumento na demanda por *commodities* afetou a América Latina diretamente, pois impulsionou o volume de exportações da região e fez com que os preços dessas commodities aumentassem muito, de modo que esses países verificaram uma crescente quantidade de moeda estrangeira entrando em suas economias, o que viabilizou uma “maior autonomia nas políticas econômicas” (HIRATUKA, 2018, p. 9).

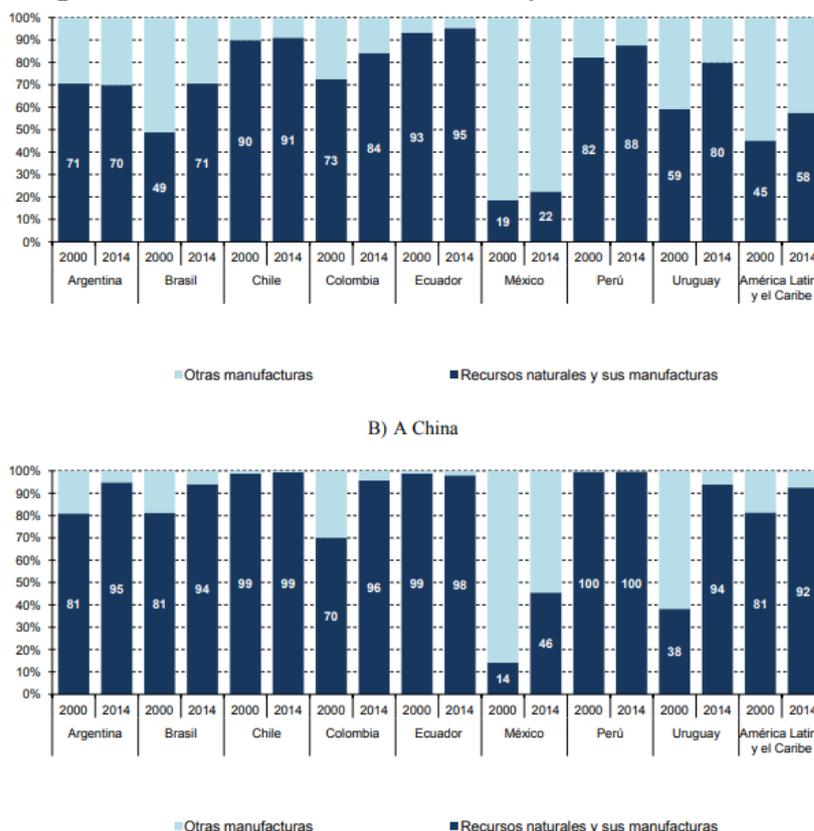
Figura 10: Países selecionados da América Latina: participação da China nas exportações totais, 2000 e 2014 (em porcentagens)



Fonte: Lima e Pellandra – CEPAL (2017)

O problema, no entanto, é que o comércio bilateral entre os países latino-americanos e a China tornou-se bastante assimétrico, com as exportações concentradas em alguns poucos produtos básicos e as importações concentradas em uma gama diversificada de produtos industrializados (HIRATUKA, 2018).

Figura 11: Câmbios en la estructura exportadora 2000-2014



Fonte: Lima e Pellandra – CEPAL (2017)

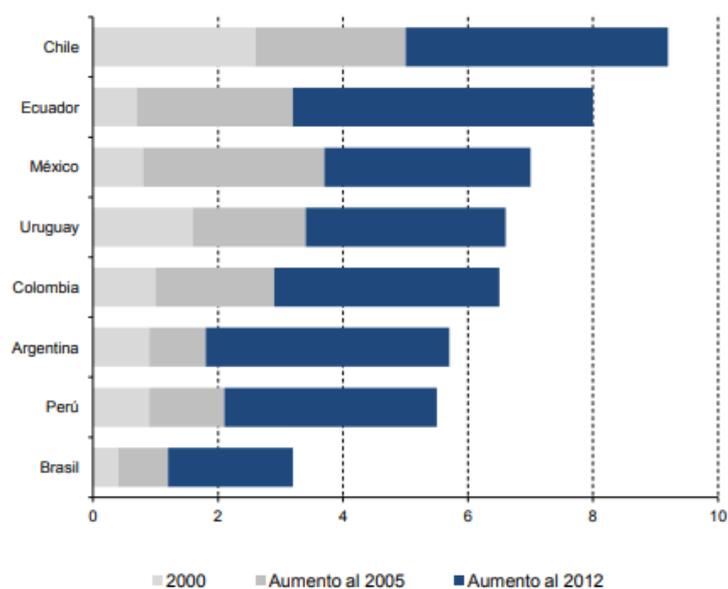
A expansão dos setores associados aos recursos naturais, impulsionada principalmente pela demanda chinesa, não contribuiu para a criação de novas capacidades tecnológicas na região. Apesar de apresentar aumento na lucratividade e na produtividade nos setores primários, melhora nos termos de troca, incremento das reservas internacionais e aumento nas taxas de crescimento econômico, a ausência de políticas públicas de fomento produtivo intensificou a defasagem das economias latino-americanas em relação aos países considerados na fronteira produtiva (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Neste cenário, o aumento do comércio dos países da região com a Ásia estaria reforçando uma tendência de desindustrialização e primarização de suas economias (KACEF, 2016).

As exportações de bens manufaturados cresceram de forma bem menos representativa, visto que estes produtos passaram a concorrer com os próprios produtos manufaturados chineses, que possuem preços muito mais agressivos no mercado internacional devido ao baixo custo de mão-de-obra e a desvalorização da sua moeda em comparação aos países latino-americanos (HIRATUKA, 2018).

As economias latino-americanas passaram a competir com a China, também, no atendimento da demanda interna de seus países, que viram um intenso aumento nos coeficientes de importações, o que ameaça o “desenvolvimento produtivo interno e regional”, visto que se torna mais vantajoso importar produtos prontos ao invés de produzi-los, internamente. Nesse cenário, se torna muito difícil manter um “setor industrial competitivo em uma situação de preços relativos favoráveis aos produtos primários e intensivos em recursos naturais” (HIRATUKA, 2018, p. 10).

Figura 12: Importaciones Chinas en el total del consumo aparente de manufacturas (2000, 2005 y 2012).



Fonte: Lima e Pellandra – CEPAL (2017)

De acordo com Gallagher e Porzecanski (2010), todos os maiores países latino-americanos tem mais de 80% de suas exportações industriais sob ameaça direta ou parcial da China.

Mais recentemente, com a desaceleração do crescimento chinês e seu efeito no preço das commodities, o crescimento das exportações nos países latino-americanos passou a diminuir, até chegar a um ponto de retração. Por outro lado, o volume das importações

continuou a subir, o que aprofundou a assimetria nos fluxos comerciais com a China (HIRATUKA, 2018).

Além disso, a crise econômica causou “um acirramento da concorrência internacional, dada a estagnação da demanda mundial, combinada com o excesso de capacidade na economia Chinesa” (HIRATUKA, 2018, p. 13).

Nota-se, portanto, que uma inserção internacional excessivamente concentrada na exportação de commodities é demasiadamente frágil, visto que a economia nacional fica à mercê das flutuações do mercado internacional (ABDENUR, 2013 apud DUARTE, 2016). Peters (2016 apud HIRATUKA, 2018, p. 13) comenta que:

Em especial para os maiores países da América Latina e que possuem uma estrutura industrial diversificada, o desafio de manter e fazer avançar esta estrutura para sustentar a geração de renda e emprego se tornou mais crítica neste cenário de competição acirrada, tanto pela forte concorrência nos mercados internos, quanto pelo deslocamento de exportações em terceiros mercados, em especial nos mercados da própria região, onde justamente predominam as exportações de produtos manufaturados relativamente mais sofisticados.

A América Latina enfrenta o desafio duplo de aproveitar de forma mais eficiente e coordenada as vantagens comparativas nos mercados chineses através de sua dotação de recursos naturais e, simultaneamente, tentar se inserir nas cadeias globais de suprimentos e de valor através da fabricação de bens manufaturados, localmente. Dito isso, os esforços devem ser direcionados para a atração de investimentos e para o estímulo ao comércio intraindustrial com a Ásia (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

As economias da região precisarão encontrar um equilíbrio saudável entre o protecionismo em favor da indústria local para frear a reprimarização (enquanto respeita as normas e preceitos da Organização Mundial do Comércio, bem como os tratados bilaterais e regionais) e o fomento do desenvolvimento produtivo capaz de atingir um nível satisfatório de competitividade independentemente dos mecanismos de proteção (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

A partir da segunda década deste século, os investimentos vêm ganhando peso, além das relações comerciais. De acordo com Aciolly et al. (2011) e Santos e Milan (2014 apud HIRATUKA, 2018), o crescimento dos investimentos chineses no exterior tiveram como objetivos:

i) garantir o suprimento de matérias primas; ii) buscar novos mercados para produtos manufaturados; iii) adquirir tecnologia e ativos tecnológicos no exterior e iv) aumentar a influência no exterior, em especial na região asiática. [...] estes objetivos foram reforçados no período pós-crise, e ganharam novo reforço com os projetos

articulados em torno da BRI (ACIOLLY et al., 2011; SANTOS; MILAN, 2014 apud HIRATUKA, 2018, p. 13).

Em 2015, a China se tornou o segundo maior investidor global, atrás apenas dos Estados Unidos em termos de IDE realizado no exterior. Além disso, a distribuição destes investimentos entre os setores mostra uma diversificação em relação ao passado, com os setores de infraestrutura (energia elétrica, comunicações, transportes e construção) e indústria de transformação (setor automotivo, eletroeletrônico e máquinas e equipamentos) se tornando mais importantes (HIRATUKA, 2018).

Neste mesmo ano, ocorreu o Fórum China-CELAC, onde, de acordo com Hiratuka (2018, p. 16):

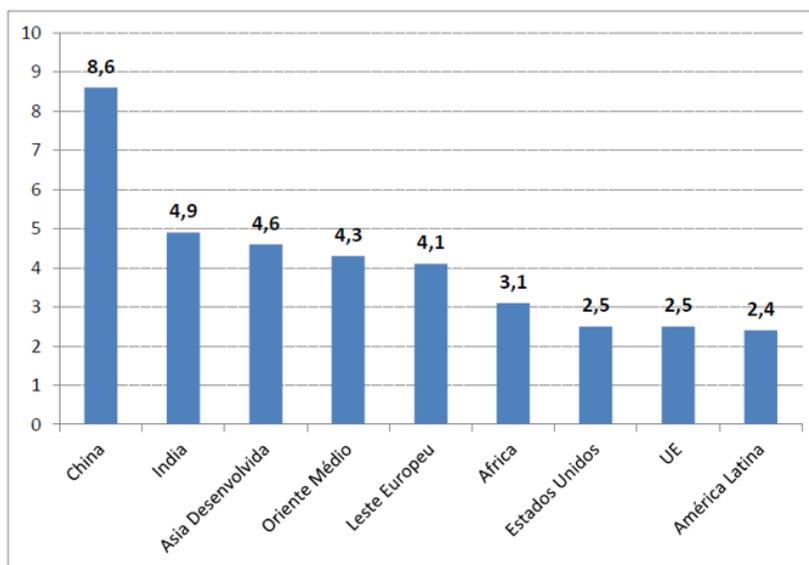
[...] foi aprovado o plano de cooperação China-LAC 2015-2019 e a China prometeu aumentar o comércio com a América Latina para US \$ 500 bilhões e investir mais de US \$ 250 bilhões Até 2025. O documento destaca 13 áreas temáticas, sendo que oito delas envolvem questões econômicas, a saber: Comércio, Investimentos e Financiamentos (III), Infraestrutura (IV), Energia e Recursos Naturais (V), Agricultura (VI), Indústria, Ciência e Tecnologia (VII), Educação e Capacitação de Recursos Humanos (VIII), Turismo (XI) e Proteção ao Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Redução de Desastres, Erradicação de Pobreza e Saúde (XII).

Os investimentos chineses nos países latino-americanos são bastante heterogêneos, variando conforme o grau de importância de cada país da região para o sucesso da Nova Rota da Seda (um fator decisivo na tomada de decisão e onde investir seria, por exemplo, a quantidade de recursos naturais importantes que cada nação possui e que são relevantes para a manutenção do crescimento chinês) (DUARTE, 2016).

Por parte dos países latino-americanos, os investimentos chineses em infraestrutura são de grande interesse, visto que resolveriam um problema crônico da região, já que os países nela presentes não têm sido capazes de arcar com os elevados custos envolvidos nos projetos, por conta própria (HIRATUKA, 2018).

A figura do gráfico abaixo demonstra que, no período de 1992-2013, a porcentagem de investimentos em infraestrutura por parte dos países latino-americanos ficou bem abaixo de todos os demais:

Figura 13 – Investimentos em Infraestrutura como porcentagem do PIB – Média 1992-2013



Fonte: McKinsey (2016)

Melhorar a infraestrutura de um país aumenta a eficiência da produção, fomenta o investimento privado e promove o crescimento econômico, como um todo, enquanto a falta de infraestrutura é um dos fatores que restringe o desenvolvimento econômico latino-americano, visto que ameaça a competitividade das empresas e reduz sua produtividade e sua participação no mercado internacional (LI; ZHOU, 2018).

A construção de infraestrutura gera um efeito multiplicador, visto que uma boa infraestrutura gera oportunidades de desenvolvimento que permitem que os investimentos iniciais sejam recuperados e que a economia se torne mais estável, a longo prazo (PING, 2018).

O sucesso da Nova Rota da Seda só será possível com uma rede logística funcional. Dito isso, a infraestrutura latino-americana possui ainda uma série de obstáculos a superar para oferecer uma maior eficiência no escoamento dos produtos provenientes e/ou destinados à China (DUARTE, 2016).

Um fator que encarece muito o escoamento de produtos da América Latina para a Ásia está diretamente relacionado com o caráter interindustrial do comércio bilateral entre as duas regiões. Tendo em vista que os produtos importados da Ásia são, em sua maioria, bens industrializados que são transportados por meio de contêineres, e que os bens exportados para a Ásia são, principalmente, matérias-primas que requerem transporte à granel, ocorre um desequilíbrio que encarece tanto as importações, como as exportações (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Figura 14: América Latina (países selecionados), Ásia e Pacífico: comércio inter-regional em contêineres, 2007

	Centroamérica	Colômbia	Chile	México	Ecuador	Perú
Exportaciones (A)	18 281	12 470	304 842	131 456	8 125	43 063
Importaciones (B)	260 088	142 194	213 797	619 099	56 671	133 698
Balance	-241 807	-129 724	91 045	-487 643	-48 546	-90 635
(A)/(B)	7%	9%	143%	21%	14%	32%

Fonte: Rosales e Kuwayama (2012)

O volume baixo de exportações de produtos que demandam o transporte em contêineres faz com que os navios que saem da América Latina em direção à Ásia tenham que fazer mais escalas, visando o melhor aproveitamento do espaço. Mesmo assim, o risco de que os navios tenham que operar com capacidade ociosa é sempre elevado, de modo que essas operações sejam caracterizadas pela baixa eficiência e pelo custo elevado que é repassado pelos armadores para compensar pela capacidade ociosa de seus navios, o que mina a competitividade dos produtos locais (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Neste cenário, o aumento do comércio intraindustrial com a China poderia elevar a competitividade dos portos latino-americanos, visto que elevaria o volume de exportações em contêineres para o continente asiático, otimizando os custos e aumentando o grau de eficiência operacional (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

De acordo com Duarte (2016, p. 105):

São vários os sintomas que atestam as disfuncionalidades da rede portuária na região: desde problemas relacionados com uma burocracia asfixiante, falta de capacidade dos portos e de manutenção dos equipamentos e da dragagem, até à inexistência de um sistema multimodal (susceptível de integrar harmoniosamente as redes portuária, rodoviária, ferroviária, e inclusive, aérea). Em bom rigor, a tendência de crescimento das relações econômicas entre a China e América Latina requer, para ser bem-sucedida, a modernização do sistema portuário na região, acompanhada de uma maior eficiência na interoperabilidade entre aquele e as outras vias (férreas, aéreas e rodoviárias), para que as mercadorias em trânsito cheguem com maior celeridade ao seu destino.

A China tem cooperado ativamente com os países latino-americanos visando a melhoria na rede portuária do continente para que a mesma possa ser mais eficiente em face aos desafios promissores da Nova Rota da Seda, principalmente se for levado em conta o fato de que as dimensões dos navios não param de aumentar e os portos da região precisam estar aptos a recebê-los (DUARTE, 2016).

A magnitude e o escopo da iniciativa chinesa geram oportunidades para países como o Brasil, que possui uma infraestrutura deficitária e enfrenta “dificuldades de inserção externa virtuosa em bens industriais” (SCHERER, 2015, p. 38). Nesse cenário, os recursos chineses

oferecem oportunidades para o estabelecimento de uma cadeia produtiva regional e para a negociação de condições mais favoráveis de acesso dos produtos industrializados nacionais no mercado externo (SCHERER, 2015).

Em 2016, o ministério das relações exteriores da China lançou um documento que apresentou algumas mudanças importantes, conforme pontua Hiratuka (2018, p. 18):

[...] i) a referência no campo das relações comerciais ao estímulo ao intercâmbio de produtos de alto valor adicionado e alta tecnologia; ii) a menção mais detalhada aos mecanismo de cooperação financeira como o Fundo de Cooperação China-ALC, o Fundo de Investimento para Cooperação Industrial China ALC e os empréstimos voltados para infraestrutura; iii) na área de cooperação em recursos e energia a referência à necessidade de envolver mais elos da cadeia produtiva como logística e equipamentos, de maneira a melhorar o valor adicionado dos produtos; iv) o reconhecimento dos projetos de infraestrutura, recursos e energia como base para aumentar as atividades industriais e de serviços locais (em materiais de construção, produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos, equipamentos ferroviários, equipamentos elétricos e de energia renovável, equipamentos de telecomunicações, indústria automotiva e química) para aumentar o grau de industrialização, o nível de emprego promover o desenvolvimento econômico e social da região; e v) a inclusão da cooperação na área de tecnologia e inovação, com referência à indústria de tecnologia de informação, aviação, energia nuclear e novas fontes de energia, além da busca por parcerias em centros de P&D e parques tecnológicos.

Fica evidente, então, que a China tem uma visão bastante clara sobre as suas relações futuras com a América Latina. Neste cenário, o desafio que fica para os países da região consiste em encontrar a melhor forma de aproveitar “os espaços de cooperação abertos pela nova estratégia chinesa para a região” (HIRATUKA, 2018, p. 18).

Rosales e Kuwayama (2012) reiteram essa ideia ao dizer que os países latino-americanos e caribenhos deveriam dedicar esforços em firmar uma aliança estratégica com a China, de modo que essa relação possa melhorar a qualidade de sua inserção internacional.

Tendo em vista que a geografia econômica internacional está cada vez mais centrada na Ásia, em especial na China, os países latinos deveriam buscar complementariedades com aquele país e aproveitá-las, e o primeiro passo seria avançar na diversificação das exportações (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Um ponto de atenção, no que diz respeito à Nova Rota da Seda, é que a canalização dos investimentos em infraestrutura e a transferência de capacidade produtiva para as regiões envolvidas no projeto pode aliviar a situação da capacidade ociosa na China, no entanto, pode “fazer surgir outros competidores industriais na Ásia que podem continuar a empurrar a América Latina para um papel de exportadora de commodities e importadora de produtos manufaturados” (HIRATUKA, 2018, p. 19).

Os países latino-americanos sofrem com a competição internacional também no suprimento de bens primários à Ásia, visto que as economias asiáticas têm se esforçado para diversificar suas fontes de recursos naturais. Neste campo, além de outras economias em desenvolvimento (em especial aquelas vizinhas da China, que possuem um custo de transporte muito menor), enfrentamos, também, economias desenvolvidas no suprimento das matérias-primas à Ásia, o que exige que melhoremos nossa competitividade para que não percamos a nossa fatia de mercado (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Um dos problemas que pode ser citado, neste sentido, é que, apesar das abundantes riquezas naturais que os países latino-americanos possuem, muitas vezes essas riquezas estão localizadas em regiões isoladas, distantes de portos e das principais vias de transporte, o que eleva o custo de deslocamento e, muitas vezes, inviabiliza o aproveitamento dessas riquezas (PING, 2018).

Aos países da América Latina, de acordo com Hiratuka (2018, p. 19):

[...] deve persistir o desafio de implementar estratégias e políticas de desenvolvimento produtivo que busquem manter uma estrutura produtiva mais diversificada e com atividades mais sofisticadas e capazes de sustentar o aumento do emprego, da produtividade e dos níveis de renda da população e tornando também a estrutura de exportações mais diversificada.

Para o autor, “os novos vetores de expansão das relações Chinesas com a América Latina podem abrir oportunidades para estas estratégias”, visto que os investimentos devem ser mais direcionados para as áreas de infraestrutura e indústria, em detrimento das tradicionais atividades de extração de bens primários (HIRATUKA, 2018).

Apesar disso, é importante que as nações latino-americanas elaborem estratégias para que estes investimentos sejam monitorados e gerem impacto positivo em suas economias em termos de “geração de emprego, vínculos com cadeias produtivas domésticas e *spillovers* tecnológicos e impactos ambientais” (HIRATUKA, 2018, p. 19).

Scherer (2015, p. 46) comenta que, no caso do Brasil, seria importante a busca por “por instrumentos de cooperação econômica e produtiva” capazes de dinamizar e qualificar as relações bilaterais, visando:

- a) a participação chinesa nos projetos de infraestrutura no Brasil;
- b) a absorção de investimentos diretos chineses visando à produção manufatureira no Brasil;
- c) a ampliação das exportações brasileiras de manufaturados e de serviços em direção à China e o fortalecimento do comércio internacional;
- d) o aumento do investimento direto brasileiro na China, tanto em manufatura quanto em serviços (SCHERER, 2015, p. 46).

As empresas latino-americanas deveriam fortalecer seus vínculos comerciais e a complementariedade produtiva com a China através do estabelecimento de alianças de comércio e investimentos com empresas chinesas que transcendam os acordos de livre comércio que, embora importantes, não são suficientes para estimular alianças comerciais e tecnológicas entre ambas as regiões, nem para superar a assimetria nos volumes de comércio ou os baixos níveis de investimentos em ambos os sentidos (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Com um comércio intraindustrial mais intenso entre ambas as regiões, os produtos latino-americanos teriam acesso a novos mercados, o que possibilitaria a incorporação de novas tecnologias, a melhora na qualidade da mão-de-obra, da gestão e da assistência técnica, visando a adequação às exigências de qualidade do mercado internacional (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Em visita ao Brasil, em 2015, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang assinou, dentre outros, o Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento do Brasil e a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma da China (SCHERER, 2015).

Neste momento, Scherer (2015) aponta que o Brasil demonstrou interesse na participação chinesa em diversos setores da economia nacional, dentre eles:

- a) Infraestrutura e Logística – foi apontado o interesse na participação chinesa em projetos de operacionalização, ampliação e financiamento de obras de infraestrutura nos setores ferroviário, metroviário, rodoviário, portuário e aeroportuário, com destaque para o interesse comum de ambos os países na construção a Ferrovia Bioceânica que ligaria o Brasil e o Peru;
- b) Energia – existe potencial para uma participação mais ampla da China nos projetos de geração e distribuição de energia elétrica, com destaque para as oportunidades de investimento em fontes de energia renovável;
- c) Alimentos – o Brasil vê a necessidade de ampliar a exportação de produtos agroindustriais para a China e outros países, especialmente no que diz respeito aos produtos alimentícios, cuja demanda na China cresce exponencialmente devido à sua grande população e o aumento do poder aquisitivo que a mesma vem vivendo nos últimos anos;
- d) Petróleo e Gás – há oportunidades de melhorias em toda a cadeia de produção e distribuição, que se fazem necessárias especialmente após a descoberta de novas reservas destes bens no país;
- e) Siderurgia – o Brasil busca investimentos conjuntos para o melhor aproveitamento da capacidade mineral do país;

- f) Química e Petroquímica – foi apontado o interesse na ampliação da capacidade produtiva nacional e no investimento em novos projetos;
- g) Automóveis – há espaço para a instalação de novas empresas do setor no Brasil, o que poderia fomentar a aquisição de insumos no mercado nacional para a produção destes bens;
- h) Saúde – o Brasil carece de investimentos nas indústrias da área, incluindo “equipamentos, softwares, soluções em telemedicina e sistemas digitais”;
- i) Tecnologia da Informação e Eletrônica – foi apontado o interesse brasileiro em investimentos na produção de itens de maior valor agregado em mercado nacional, com potencial para a transferência de tecnologia, o que seria muito benéfico para a economia do país, hoje muito dependente da exportação de bens de baixo valor agregado, o que desequilibra nossa balança comercial.

Hiratuka (2018) comenta que é importante que sejam aperfeiçoados os mecanismos de coordenação entre os países latino-americanos, de modo que sejam promovidos:

[...] projetos que possam aumentar a integração física, energética e produtiva entre os países da região e o comércio intra-regional, e evitar disputas que signifiquem guerra de incentivos ou por degradação de regras ambientais ou trabalhistas para atração de investimentos (HIRATUKA, 2018, p. 19).

Além disso, Hiratuka (2018) destaca as dificuldades existentes nestes países para a implementação de uma estratégia mais assertiva por parte de seus governos visando o melhor aproveitamento das oportunidades e a redução dos riscos envolvidos na estratégia chinesa. De acordo com o autor:

Persistem ainda fragilidades importantes em termos institucionais para coordenar ações em termos de políticas para o desenvolvimento produtivo e estruturação de projetos de infraestrutura, mobilizar fontes de financiamento e fomentar atividades inovativas. No âmbito regional e supranacional, as instâncias de coordenação e cooperação também são frágeis. E finalmente, persiste na região uma ideia oposta ao verificado na China, onde papel do Estado enquanto coordenador e articulador de ações privadas é encarado com desconfiança e existe uma crença exacerbada de que a política de desenvolvimento deve se limitar a criar as condições propícias para a atuação livre dos atores privados (HIRATUKA, 2018, p. 19-20).

Li e Zhou (2018), por sua vez, elencam três pontos como sendo os principais entraves para uma melhor cooperação em infraestrutura entre a China e a América Latina:

- a) O sistema político desgastado dos países da região – o excesso de partidos políticos, as disputas entre o governo e certos grupos de interesse na definição de prioridades para a nação, bem como as constantes mudanças de governo na região são fatores que dificultam projetos de longo prazo;

- b) Dificuldade de coordenação de interesses – para que sejam colocados em prática projetos transfronteiriços, seria necessária uma maior coordenação e integração regionais, que ainda são muito incipientes e incapazes de levar a um consenso comum;
- c) Falta de conhecimento das empresas chinesas sobre os mercados locais – as empresas chinesas têm dificuldades em se adaptar ao mercado latino-americano, visto que lhes falta conhecimento sobre as políticas, normas, idiomas, cultura, costumes e condições dos mercados da região. Além disso, há uma grande dificuldade em lidar com as proteções sindicais, laborais e ambientais vigentes na região.

Já Creutzfeldt (2018) cita que a falta de capacidade e planejamento do Estado (que muitas vezes se orientam a serviço dos interesses das elites e das grandes corporações, que pouco se importam com o crescimento sustentável da nação), a inequidade social entre os povos, a corrupção, a ausência do Estado em regiões mais remotas e a forte preocupação com o meio ambiente como sendo alguns desafios que a China deve enfrentar para o sucesso de sua iniciativa na região.

Para o Brasil, o objetivo estratégico deve ser a busca de parcerias que permitam a alteração da atual configuração do comércio bilateral, tanto com a China, quanto com a maioria dos nossos parceiros comerciais, hoje fortemente baseada na exportação de commodities e bens de baixo valor agregado e importação de produtos manufaturados (SCHERER, 2015).

Nesse cenário, a integração com as multinacionais chinesas pode ser vista como uma oportunidade de integrar a produção regional nas cadeias globais de valor e, visando este fim, os investimentos diretos chineses, cruciais para o sucesso da sua inserção internacional, podem ser de grande ajuda. Além do setor industrial, o setor de serviços também pode aproveitar a oportunidade para ampliar sua atuação no mercado externo (SCHERER, 2015).

Scherer (2015) pontua que, embora a Nova Rota da Seda possa ser vista como uma oportunidade, o seu impacto benéfico depende, também, de uma boa coordenação destas relações por parte do governo brasileiro, de modo que gerem efeitos positivos a longo prazo. De acordo com o autor:

O Brasil carece de infraestruturas e de uma maior integração física e produtiva com seus vizinhos, no que pode ser auxiliado pelo interesse chinês na construção de novas infraestruturas. O país carece de uma inserção mais qualificada no comércio internacional, o que pode ser obtido com a presença de novas multinacionais em seu território. Contudo, essas oportunidades, embora complementares aos interesses chineses, somente terão efeitos positivos duradouros para a economia brasileira caso estejam acompanhadas de maior clareza quanto aos objetivos nacionais nessa relação. Essa clareza do projeto nacional parece inexistir até o momento (SCHERER, 2015, p. 16).

Os países latino-americanos devem se esforçar para evitar que um grau maior de integração entre as duas regiões reproduza um padrão típico centro-periferia. Para tal, é preciso que o aumento do intercâmbio comercial não deixe de lado a diversificação produtiva e a inovação (KACEF, 2016).

Não se trata de abandonar as suas vantagens comparativas na produção de bens intensivos em recursos naturais, que são a base na qual se assenta a complementariedade entre as regiões, mas sim garantir que o aproveitamento destas vantagens não exclua a incorporação de conhecimento e a sofisticação dos bens comercializados, bem como a inserção de empresas latino-americanas nas cadeias de valor asiáticas em manufaturas (KACEF, 2016).

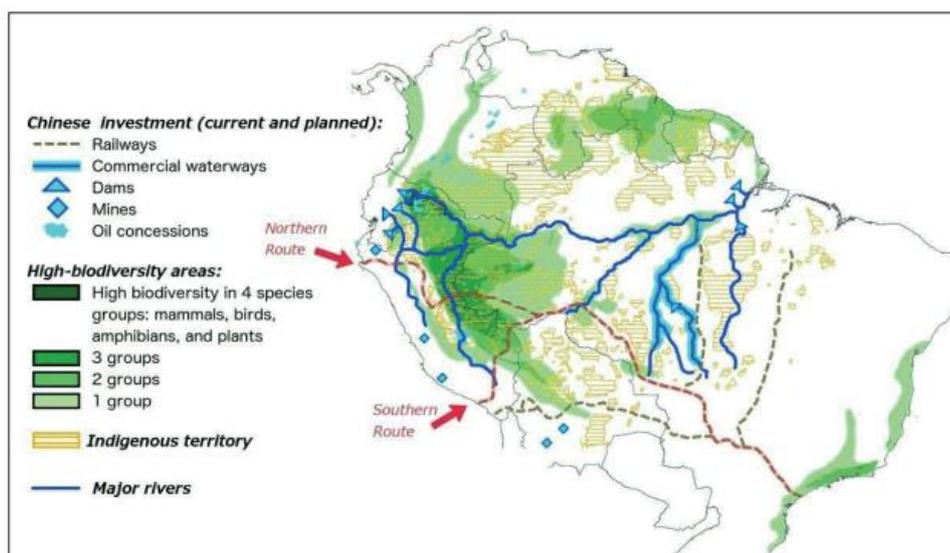
Para que isso seja possível, é preciso adotar um enfoque sistêmico que abarque o processo produtivo, a logística nacional e internacional, a comercialização e a distribuição no mercado de consumo final (KACEF, 2016).

O fomento de associações estratégicas orientadas a aumentar o valor agregado em toda a cadeia de produção e comercialização abriria um espaço de benefício mútuo para ambas as regiões e permitiria que as empresas latino-americanas incrementassem sua presença nos mercados asiáticos, integrando-se em *clusters* produtivos e tecnológicos. Por outro lado, o desafio que a América Latina tem em incrementar sua competitividade abre um enorme espaço para projetos de infraestrutura nos quais o investimento asiático poderia ter um papel de destaque, permitindo uma diversificação dos destinos do capital asiático, hoje fortemente orientado a exploração de recursos naturais (KACEF, 2016).

Para isso, é necessário que os países da América Latina e do Caribe invistam no processo de integração regional, de modo que os países da região se apresentem com políticas convergentes, transparentes e estáveis, de modo que sejam firmados acordos de longo prazo entre as duas regiões que abarquem, além das questões políticas e econômicas, as questões sociais, culturais, judiciais e de segurança. Dessa forma, a maior integração entre os países asiáticos não representaria riscos às economias locais, visto que estas estariam integradas às cadeias asiáticas e amparadas por acordos bilaterais e regionais (ROSALES; KUWAYAMA, 2012).

Em termos de projetos, o Corredor Bioceânico Brasil-Bolívia-Peru pode ser citado como o mais proeminente da Nova Rota da Seda na América do Sul. A obra visa à conectividade entre os oceanos Atlântico e Pacífico, através de ferrovias, o que reduziria os custos logísticos relacionados ao transporte de mercadorias no comércio internacional (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019).

Figura 15 – A ferrovia bioceânica entre Brasil, Bolívia e Peru



Fonte: Ray et al. (2015).

De acordo com Hiratuka (2018 apud CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019, p. 233):

O custo estimado do trajeto que passa pelo Brasil é da ordem de R\$ 40 bilhões. A ferrovia começa no Rio de Janeiro, passando pelos estados brasileiros de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, chegando ao Oceano Pacífico, através do Peru. Sob a perspectiva da China, este seria um importante acesso para o Oceano Atlântico. Projetos de infraestrutura como este têm o potencial de reduzir os custos de exportação de produtos importantes para o comércio bilateral entre Brasil e China, tais como o cobre, a soja e o minério de ferro.

A ferrovia bioceânica se utilizará de capital da Alemanha, Bolívia, Brasil, China, Peru (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019). No que diz respeito à sua capacidade operacional:

A projeção da demanda para 2025 é de transporte de 14,5 milhões de toneladas rumo ao Oceano Pacífico e de 8 milhões de toneladas ao Atlântico. Para 2030, os números seriam de 31,3 milhões de toneladas para o Pacífico e de 19,3 milhões de toneladas para o Atlântico (SENADO NOTÍCIAS, 2017, n.p.).

Conforme o projeto apresentado pela China, o trecho da ferrovia em território brasileiro possuiria em torno de 3.5 mil quilômetros. Considerando os dois eixos mencionados, o projeto deverá totalizar 5.3 mil quilômetros de extensão. Algumas autoridades brasileiras já afirmaram estar convencidas da viabilidade do projeto que foi apresentado pelo China Railway Eryuan Engineering Group Co (SENADO NOTÍCIAS, 2017).

Os entraves para o projeto da ferrovia bioceânica incluem a conjuntura de crise econômica e política no Brasil, além da dificuldade de coordenação de posições em relação a

detalhes técnicos com os países vizinhos. Devido aos custos econômicos envolvidos na construção de uma ferrovia que corta regiões com diferentes climas e relevos, o projeto se encontra nos seus estágios iniciais. Por fim, cogita-se a construção gradual de partes do projeto, começando pelo território brasileiro (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019).

Considerando as projeções atuais, pressupõe-se que a China seguirá ganhando destaque no sistema internacional ao ponto de se tornar uma potência dominante. Neste cenário, é provável que as empresas chinesas controlarão a maior parte da produção manufatureira mundial, sendo as principais tomadoras de decisão em termos de alocação de recursos, localização da produção e políticas de remuneração (ELLIS, 2018).

O crescente poder do governo chinês, bem como de suas empresas multinacionais, permitirá a estes atores uma atuação mais incisiva nos países da América Latina, visando a garantia de seus interesses. Os países latino-americanos, por sua vez, enfrentarão um aumento no grau de dependência de suas economias em relação às empresas chinesas, que terão um papel crucial nos investimentos, na geração de empregos e na arrecadação de impostos em âmbito doméstico (ELLIS, 2018).

Ellis (2018) comenta que a expansão de uma relação econômica com a América Latina que seja favorável à China será uma tendência causada pela falta de uma estratégia coerente por parte dos países latino-americanos para o aproveitamento dos investimentos chineses em prol do desenvolvimento econômico de suas nações.

Em um contexto em que as instituições bancárias chinesas serão um dos principais pilares do sistema econômico mundial, é provável que o uso do Renminbi seja impulsionado na região e que sejam impostas condições para o empréstimo de recursos financeiros como, por exemplo, o uso de empresas e trabalhadores chineses, o compartilhamento de tecnologias e informações ou a aplicação de regimes especiais de trabalho, arrecadação de impostos e normas ambientais para os projetos chineses (ELLIS, 2018).

Visando a atração de investimentos, é possível que os governos locais concedam esses benefícios às empresas chinesas, o que deve escancarar os aspectos de uma relação centro-periferia. A desigualdade nas relações bilaterais poderia gerar insatisfação e protestos por parte do povo latino-americano, de modo que os governos locais seriam constantemente pressionados a conter essas insurgências em favor das empresas chinesas, tarefa que seria facilitada pelos sistemas de segurança eletrônica desenvolvidos em solo chinês (ELLIS, 2018).

Ellis (2018) levantou algumas hipóteses sobre o futuro da América Latina e do Caribe em um contexto de ascensão da China à posição de potência dominante, em 2050, por setor:

Agricultura – com o aumento do investimento e das aquisições de empresas de tecnologia e logística voltadas ao agronegócio, as grandes empresas do setor podem ser substituídas por empresas chinesas ou as empresas locais podem ser forçadas a fazer parcerias com empresas chinesas para obtenção de tecnologia. Além disso, a dominância chinesa no setor levantará debates sobre meio ambiente, monocultura e uso de fertilizantes e pesticidas agrotóxicos pelas empresas chinesas nos países latino-americanos;

Pesca – a China tende a aumentar sua presença no entorno marítimo da América Latina visando a pesca em larga escala para alimentação de seu povo. Isso será extremamente prejudicial para o meio ambiente e teme-se que os países latinos não consigam conter a pesca ilegal por dependerem economicamente da China;

Mineração – assim como na agricultura, as operações de mineração nos países latino-americanos tendem a ser dominadas pelas empresas chinesas, que deverão adquirir ou substituir uma grande parcela das empresas mineradoras a nível mundial. No Brasil, a China poderia vir a controlar a Companhia Vale do Rio Doce, empresa dominante no setor de mineração brasileiro, de modo que a mineração brasileira ficaria concentrada em mãos chinesas. Este fato poderia causar insatisfação contra o tratamento dos mineiros, falta de benefícios para as comunidades mineradoras e os impactos ambientais causados pela exploração predatória;

Petróleo – as empresas chinesas terão aumentado consideravelmente suas capacidades técnicas graças as evoluções no setor e às aquisições de empresas mundo afora. Empresas chinesas dominarão a produção de petróleo na região, de modo que será difícil para as empresas locais, como a Petrobras, sobreviverem a menos que se vinculem às empresas chinesas e recebam investimentos chineses.

Contratos de entrega de petróleo serão elaborados em contraponto ao fornecimento de investimentos em projetos de infraestrutura operados por empresas chinesas, de modo que a dominação das empresas financeiras chinesas seja consolidada na região;

Construção e Logística – os chineses dominarão, também, o setor de construção e logística, fazendo parcerias ou comprando competidores e empresas locais que possuam capacidades e relacionamentos estratégicos.

As empresas chinesas serão os principais investidores e operadores da maioria dos complexos portuários latino-americanos, firmando parcerias com empresas chinesas para a realização de todo tipo de serviços e controlando as rotas de transporte marítimo entre a América Latina e a Ásia. Estes investimentos devem se concentrar nos portos localizados na

costa do Oceano Pacífico e na infraestrutura rodoviária e ferroviária para conectar estes portos ao restante do continente.

O aumento dos projetos chineses na região atrairia uma grande leva de trabalhadores chineses que viriam, inicialmente, para trabalhar, mas acabariam permanecendo, o que geraria tensões étnicas com outras comunidades e alteraria as dinâmicas políticas e culturais da região. Os governos locais, neste cenário, seriam pressionados pela China para garantir o bem-estar dessas comunidades em seu território.

Os projetos de infraestrutura chineses na região alterarão os fluxos comerciais e os centros de atividade econômica. O volume de embarques entre os dois continentes através dos portos da costa do Pacífico fará com que as cidades da região cresçam e atraiam pessoas de outras partes da América Latina, que migrarão para estes locais em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida.

Embora muitos efeitos da infraestrutura construída no Pacífico se limitem a territórios nacionais, alguns deles serão transcontinentais, incluindo rotas rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias que conectarão o Brasil ao Atlântico, ao Caribe e ao Pacífico. Essa infraestrutura aumentará o fluxo de pessoas e produtos entre as fronteiras de todos os países da região, o que exigirá uma atenção maior do Brasil à segurança de suas fronteiras e uma coordenação entre os países da região em termos de segurança.

Manufatura e Varejo – os produtos manufaturados chineses dominarão o mercado na maioria dos setores em toda a América Latina, visto que, com o tempo, apresentarão uma melhora considerável na qualidade e suporte ao cliente, além de uma rede de varejo mais sofisticada. Essa dominância será conquistada através de avanços na tecnologia dos produtos e nos processos produtivos, aprendizado sobre o mercado internacional por parte das empresas chinesas, aquisição de competidores e de tecnologias de seus parceiros. Isso permitirá que a China expulse os competidores para fora dos mercados de seu interesse.

Embora as empresas chinesas se consolidem na região nos setores de manufatura, atacado e varejo através de parcerias com empresas locais, a tendência é que essas empresas acabem expulsando ou comprando os parceiros locais e concentrando as atividades para si.

Apesar das empresas chinesas empregarem funcionários locais, o valor agregado das operações na região permanecerá acumulado nas mãos dos proprietários chineses, em detrimento da economia local.

As empresas chinesas terão expandido seus investimentos de modo a estabelecer instalações locais para montagem final de produtos de alto valor como carros, motocicletas,

equipamentos pesados e aparelhos de consumo. Esse movimento, inicialmente feito para melhorar o serviço prestado aos consumidores e evitar os impostos de importação, deve ser posteriormente utilizado como forma de alavancar o poder da China como provedora de empregos e investimentos nas negociações com as elites locais para o estabelecimento de zonas de livre comércio onde as empresas chinesas teriam benefícios fiscais e operariam sob um regime especial no que diz respeito a normas laborais e ambientais.

O povo latino-americano terá oportunidades de emprego nas empresas chinesas, no entanto, as vagas deverão se concentrar no serviço de atendimento ao cliente, pessoal técnico e gerentes locais nas instalações de manufatura e varejo. No entanto, os empregos técnicos e gerenciais melhor remunerados, as decisões relevantes e o lucro ficarão concentrados nas matrizes das empresas, na China.

A crescente onipresença dos produtos chineses irá contribuir para uma capacidade sem precedentes de reunir e potencialmente explorar informações sobre líderes políticos e de negócios, bem como de cidadãos comuns latino-americanos. Isso será possível através do armazenamento de informações em computadores e outros dispositivos desenvolvidos e fabricados por empresas chinesas, da transmissão da informação através das arquiteturas de telecomunicações chinesas e da análise destes dados através de algoritmos de inteligência artificial avançados.

Mercado Financeiro – as instituições chinesas serão as maiores credoras dos governos, empresas e indivíduos locais, tendo um papel crucial nos principais empreendimentos da região.

As ricas instituições chinesas fornecerão fundos aos países e empresas latino-americanos, mas, em contrapartida, poderão exigir que as normas governamentais que regem a transparência, a conformidade ambiental e social sejam reescritas conforme os seus interesses.

Como fornecedor principal de capital, os bancos e fundos chineses poderão obrigar os governos locais a aceitar produtos, empresas e trabalhadores chineses como condição para o recebimento de capital, o que tornará muito difícil a sobrevivência de empresas que não firmarem parcerias ou cooperarem com a China.

O papel crucial do dinheiro proveniente da China no sistema financeiro regional ajudará a China a consolidar sua posição dominante em uma gama diversificada de indústrias na América Latina e no Caribe.

Além disso, os bancos e instituições chineses deverão ocupar uma posição dominante não somente no financiamento de grandes projetos, mas no atendimento das demandas de empresas e indivíduos também. Isso lhes garantirá o acesso a informações relevantes sobre as

finanças dos atores econômicos locais e o poder de orientar aqueles que buscarem empréstimos a empregarem empresas e parceiros chineses como condição para a concessão de empréstimos.

As empresas não-chinesas estarão em grande desvantagem na oferta de produtos e serviços na internet, visto que as empresas chinesas deverão dominar as operações em criptomoedas, que serão utilizadas de forma muito mais frequente como unidade de conta e reserva de valor para as transações cibernéticas.

Neste cenário, o uso do RNB se tornará muito mais comum na região, ao lado do dólar, sendo utilizado em uma gama diversificada de transações comerciais, incluindo contratos de compra de commodities e outros produtos e serviços. Contas bancárias, cartões de crédito e outros meios serão denominados em yuan, de modo que os governos locais terão de se preocupar com o impacto de suas políticas fiscal e monetária nas taxas de conversão de suas moedas em relação à moeda chinesa, além do dólar, o que reforçaria ainda mais a influência chinesa na região.

Infraestrutura de Eletricidade – as empresas chinesas deverão dominar o mercado de geração e transmissão de eletricidade na América Latina, através da aquisição de empresas voltadas a este mercado em âmbito local.

No que diz respeito à geração de energia, as empresas chinesas deverão ser os principais construtores, donos e operadores de usinas hidrelétricas, eólicas, solares e nucleares, entre outros.

O domínio da China sobre o mercado de energia deverá gerar tensões entre as empresas chinesas e os governos locais, que tradicionalmente distribuem e regulam a eletricidade como um bem público subsidiado. Neste cenário, o desejo chinês de ser pago pelo uso da eletricidade irá contra os interesses dos governos latino-americanos de manter seu povo feliz, no entanto, ao final, os chineses deverão levar a vantagem e concentrarão as decisões sobre o consumo de energia na região de acordo com os seus interesses.

Infraestrutura de Telecomunicações – as empresas chinesas deverão dominar o mercado de infraestrutura de telecomunicações na região, incluindo smartphones, servidores, roteadores e demais produtos e serviços relacionados, bem como deverão adquirir provedores de serviço locais, o que deverá lhes garantir uma posição que beira o monopólio.

O domínio chinês sobre essas infraestruturas complementará seu controle sobre outros setores da economia, como veículos pessoais, casas inteligentes, bancos, sistemas de produção automatizados, softwares para diferentes finalidades e sistemas de segurança eletrônica, o que ampliará sua capacidade de obtenção e controle de informações relevantes para a inteligência

de mercado, bem como a apropriação de tecnologias locais, o que daria às empresas chinesas uma vantagem competitiva desigual em relação às demais.

Por fim, eles poderiam comprometer qualquer líder militar, político ou empresarial da região para obter deles dados valiosos, de modo que seriam capazes, inclusive, de antecipar ou moldar decisões administrativas e políticas que afetariam a sociedade como um todo.

É particularmente importante que os países da região mantenham estruturas seguras e previsíveis dominadas pelo estado de direito para atrair investimentos e estimular o crescimento. Os governos latino-americanos devem usar seus poderes regulatórios para canalizar os investimentos nacionais e estrangeiros de modo que seja garantida a criação de atividades duradouras e de valor agregado em suas economias, cada vez mais dominadas por tecnologia e serviços, ao mesmo tempo em que se protegem contra práticas predatórias de outros países, como a China, que pode usar o próprio crédito e alavancagem do seu governo para garantir o desenvolvimento econômico de valor agregado para si mesmo (ELLIS, 2018).

5. CONCLUSÃO

O mundo está em transição e o caráter unipolar do Sistema Internacional, marcado pela hegemonia dos Estados Unidos, já mostra sinais de declínio, o que comprova o caráter cíclico de transição de hegemonias, apresentado por Arrighi (1996).

Neste cenário, o continente asiático emerge como um dos mais pulsantes centros econômicos do planeta, com destaque para a China, que tem se consolidado cada vez mais como um ator de peso nas relações internacionais.

A China se encontra em uma posição muito estratégica, tendo acesso facilitado à área pivô da geopolítica mundial, denominada por Mackinder (2004) como *Heartland*. Caso seja capaz de se integrar economicamente, através de vias logísticas eficientes, com o restante da Ásia, Europa e África, através desta região, o país tem grandes chances de se tornar a nova potência hegemônica no sistema internacional.

Sob essa ótica, a *Belt and Road Initiative* seria um excelente mecanismo para a estratégia de projeção chinesa, visto que as rotas que compõem a iniciativa passam, justamente, por esta região de grande importância, embora não se limitem a ela.

Para entender o processo histórico que trouxe a China à posição em que ela se encontra hoje e que permitiu que este projeto fosse possível, foram revisitados alguns dos principais momentos da história do país.

Através desta retrospectiva, foi possível notar que a China, em seu processo de formação, sempre ocupou uma posição de destaque na Ásia, ao ponto de ser criado um sistema sinocêntrico na região, onde a China exercia seu poder sobre os vizinhos próximos e através do qual o comércio floresceu, culminando na criação da Rota da Seda original, que inspirou o nome popular da *BRI*.

A Rota da Seda e o sistema sinocêntrico, bem como o prestígio internacional da China, caíram em declínio graças à constante ingerência externa das potências estrangeiras a qual o país foi submetido, cujo exemplo máximo é o Século das Humilhações.

Após inúmeras décadas de luta, a soberania foi reconquistada pelo Partido Comunista Chinês, que ficou responsável pela reconstrução do país, então destruído pela rapina estrangeira.

As reformas implementadas pelo partido permitiram que a China atingisse índices de crescimento recordes, de modo que foi reconquistando, pouco a pouco, a posição de relevância

que outrora ocupara até chegar aos dias de hoje, em que tornou-se a segunda maior economia global.

Com o intuito de garantir o crescimento da economia chinesa em um contexto econômico internacional muito menos favorável, o governo chinês lança a *Belt and Road Initiative*. A iniciativa, hoje, consiste na maior estratégia de política externa chinesa e, se bem executada, resolverá uma série de questões-chave para o crescimento saudável do país, detalhadas no capítulo 2 da presente pesquisa.

Se bem-sucedida, a *Belt and Road Initiative* pode consolidar a posição da China como potência hegemônica, o que afeta todo o Sistema Internacional, inclusive o Brasil.

No decorrer do capítulo 3, foram analisados os possíveis reflexos da iniciativa nas economias latino-americana e brasileira, de modo que, ao final, foi possível concluir que a iniciativa pode ter um grande impacto positivo para a região e para o nosso país.

Os investimentos chineses poderiam resolver o problema crônico de falta de infraestrutura na região, o que melhoraria a qualidade de inserção internacional dos bens industriais produzidos localmente.

No entanto, esse impacto positivo dependerá exclusivamente da capacidade dos governos nacionais em firmar uma parceria estratégica com a China que permita o aproveitamento das vantagens comparativas de seus países, enquanto promovem o desenvolvimento produtivo regional de modo que as empresas locais se insiram nas cadeias globais de valor.

Isso faria com que o caráter assimétrico do comércio bilateral, hoje bastante concentrado na exportação de bens primários e na importação de bens industrializados, fosse diversificado, promovendo a produção de bens de com maior valor agregado em solo nacional e evitando, assim, que um grau maior de integração entre as duas regiões reproduza um padrão típico centro-periferia.

Ao Brasil, fica o desafio de encontrar um equilíbrio saudável entre o protecionismo em favor da indústria local para frear a reprimarização da economia, o respeito às boas práticas do comércio internacional e o fomento do desenvolvimento produtivo capaz de competir internacionalmente, independentemente dos mecanismos de proteção supracitados.

6 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. G.; BRANDÃO, C. M.; DIEGUEUS, A. C. As transformações no modelo de desenvolvimento econômico chinês: de Deng Xiaoping ao período atual. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 1-40, 2018.
- ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F.A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, 2007.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- BARBOSA, M. P.; LIMA, M. C.; FONSECA, P. A. A.; GOMES Jr., R. A. M.; ALVES, V. L. Nova rota da seda e a ascensão pacífica chinesa. **NEARI em revista**, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/388>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- CAI, P. **Understanding China's Belt and Road Initiative**. Lowy Institute for International Policy. 2017. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- CARLETTI, A.; KOTZ, R. L.; CORREIA, G. J. As Novas Rotas da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 2019, p. 216-242. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/921/750>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- COGGIOLA, O. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Moderna, 1989. 79 p.
- COSTA LIMA, M.; SILVA, J. H. F. **As relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial**. Recife: Instituto de Estudos da Ásia-UFPE, 2016. Disponível em: <https://ufpeiasia.wordpress.com>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- CREUTZFELDT, B. Algunas Reflexiones sobre las Condiciones para la Iniciativa de La Franja y La Ruta em América Latina. In: MALLIMACI, F.; SHIXUE, J. **La franja y la ruta: iniciativa china de cooperación con América Latina y Caribe**. Ushuaia: ediciones UNTDF, 2018. p. 127-133.
- DUARTE, P. As incursões da china na américa latina e atlântico Sul. **BJIR**, Marília, v. 5, n. 1, p. 97-123, 2016.
- ELLIS, R. E. **The Future of Latin America and the Caribbean in the Context of the Rise of China**. Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/future-latin-america-and-caribbean-context-rise-china>. Acesso em: 11 jul. 2022.

EUROPEAN CHAMBER. **Overcapacity in China**: an Impediment to the Party's Reform Agenda. European Union Chamber of Commerce in China. Roland Berger, 2016. Disponível em: https://www.europeanchamber.com.cn/en/upcoming-events/10410/Overcapacity_in_China_An_Impediment_to_the_Party_s_Reform_Agenda.

Acesso em: 11 jul. 2022.

FAIRBANK; J. K. China Foreign Policy in Historical Perspective. **Foreign Affairs**, v. 47, n. 3, p. 449-463, 1969.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China**: Uma Nova História. Porto Alegre: LP&M, 2006.

FIORI, J. L. Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes”. **Reciis**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 3-18, 2010.

GALLAGHER, K.; PORZEGANSKI, R. **The Dragon in the Room**: China and the Future of Latin American industrialization. Stanford: Stanford University Press, 2010.

GONZÁLEZ-SÁEZ, R. The Chinese Project “One Belt One Road” Toward Latin America and the Caribbean. Economic-, nancial implications. **Journal Of Evolutionary Studies In Business**, v. 4, n. 2, p. 108-131, 2019.

HIRATUKA, C. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto Para Discussão**, n. 339, p. 1-20, 2018. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3630/TD339.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JAGUARIBE, A. Estratégias de Governança no século XXI: Observações sobre os novos desafios da China. In: CASTRO, A. C.; FILGUEIRAS, F. (Eds). **O Estado no século XXI**. Brasília: Enap, 2018. 139 – 158.

KACEF, O. Oportunidades y desafíos en las relaciones entre América Latina y Asia. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.114, p. 41-62, 2016.

KLARE, M. **The race for what left**: the global scramble for the world last resources. New York: Picador, 2013.

KOTZ, R. L. A Nova Rota da Seda: a fundamentação geopolítica e as consequências estratégicas do projeto chinês. **Anais do Encontro Regional Sul da ABED**, n. 2, 2017, Porto Alegre. Disponível em: http://www.erabedsul2017.abedef.org/resources/anais/8/1503106874_ARQUIVO_ArtigoERABEDSUL-RicardoKOTZ.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

KOTZ, R. L. **A nova rota da seda**: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

KOTZ; R. L.; OURIQUES, H. R. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Revista Estudos Internacionais**, v. 9, n. 2, p. 96-113, 2021. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/23585/18234>Acesso em: 10 de julho de 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, R. P. F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação**. 2010. 192 f. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LI, R.; ZHOU, G. Cooperación China-América Latina en Infraestructura: coordinación estratégica y sinergia industrial. In: MALLIMACI, F.; SHIXUE, J. **La franja y la ruta: iniciativa china de cooperación con América Latina y Caribe**. Ushuaia: ediciones UNTDF, 2018. p. 87-97.

LIMA, J. D.; PELLANDRA, A. **La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2017.

LIU, X. **The Silk Road in World History**. Oxford University Press. New York, 2010.

MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History (1904). **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, 2004.

McKYNSEY GLOBAL INSTITUTE. **Bridging Global Infrastructure Gaps**. Mackynsey & Company. MGI. 2016

MENDONÇA, B. M. **A transição de deng xiaoping e a china contemporânea**. 2009. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MENDONÇA, S. **Rota da Seda, velha(s) e nova(s)**. Lisboa: Observare, 2016.

MILARÉ, F. L.; DIEGUES, C. Contribuições da Era Mao Tsé-Tung Para a Industrialização Chinesa. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 359–378, 2012.

PALANDI, V. O que era a rota da seda? 2015. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/trabalhos-escolares/historia/o-que-era-a-rota-da-seda.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PAUTASSO, D. A geografia do desenvolvimento da Ásia-Pacífico: as particularidades do caso chinês. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 34, p. 37-56, 2009.

PAUTASSO, D. O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. **Conjuntura Austral**, v. 2, p. 48-62, 2011.

PAUTASSO, D. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, 2011.

PAUTASSO, D. China, Rússia e a integração asiática: o sistema Sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 5, 2011.

PAUTASSO, D. A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. **Meridiano**, n. 47, v. 16, p. 12-19, 2015.

PAUTASSO, D.; UNGARETTI, C. R. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Revista Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25 – 44, 2017.

PEREIRA, A. C. A.; PEREIRA, J. E. de A. A construção do Sistema Comercial Internacional Sinocêntrico: a nova Rota da Seda. **Revista Interdisciplinar de Direito da Faculdade de Direito de Valença**, v. 16, n. 2, p.49-60, 2018.

PING, W. Situación de la Infraestructura en América Latina: oportunidades y retos de la cooperación sino-latinoamericana. In: La franja y la ruta : iniciativa china de cooperación com América Latina y Caribe. In: MALLIMACI, F.; SHIXUE, J. **La franja y la ruta: iniciativa china de cooperación com América Latina y Caribe**. Ushuaia : ediciones UNTDF, 2018. p. 97-113.

PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **La Plata, Relaciones Internacionales**, nº 53, p. 207- 228, 2017.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.

RAY, R.; GALLAGHER, K.; LÓPEZ, A.; SANBORN, C. **China in latin America: lessons for South-South Cooperation and Sustainable Development**. Boston: Boston University Global Economic Governance Initiative, 2015.

ROSALES, O.; KUWAYAMA, M. **China y América Latina y el Caribe Hacia una relación económica y comercial estratégica**. Santiago de Chile: CEPAL, 2012. Disponível em: https://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/Investigacion/15_Rosales_2012.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

SENADO NOTÍCIAS. **Ferrovias bioceânica é viável, dizem chineses em audiência pública**. 18 de abril de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/ferrovia-bioceanica-e-viavel-dizem-chineses-em-audiencia-publica>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SCHERER, A. L. F. A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p.35-51, 2015.

SHENG, S. C. do grande salto para frente à grande fome: China de 1958-1962. **Diálogos**, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2004.

SOUSA, A. T. L. M. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. 2016, 50 p. Tese. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNESP, UNICAMP E PUC-SP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2016.

STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA. **Action Plan on the Belt and Road**

Initiative, 2015. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.

VÁZQUEZ, D. D. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 2, p. 127 - 154, 2013.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750**. México: Siglo Veintiuno, 1984. v. 2.

WALLERSTEIN, I. **Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms**. Cambridge: Polity, 1991.

YAQING; Q. International Society as a Process: Institutions, Identities, and China's Peaceful Rise. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p. 129–153, 2010.

ZHANG, X. **Chinese Capitalism and the Maritime Silk Road: a World-Systems Perspective**. Taylor and Francis: Geopolitics, 2017.

ZHIMIN, C. Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy. **Journal of Contemporary China**, v. 14, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/1067056042000300772>